

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2021**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se no Teatro Ribeiro Conceição, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 17.12.2021-----

ABERTURA -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 14.30 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues, em substituição de Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Ricardo Luis de Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, José Manuel Pinto de Albuquerque Pessoa, em substituição de Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho e senhora Secretária da Junta de Freguesia de Avões, e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Britiande, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Figueira, Lalim, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, Penude, Samodães, Sande, Secretário da União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, em substituição do seu Presidente, União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Secretário da Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, em substituição do seu Presidente e Vila Nova de Souto D'El Rei-----

AUSÊNCIAS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Alexandre Costa Hoffmann Castela e do Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca e de Várzea de Abrunhais-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar uma informação que se prende com a realização desta sessão extraordinária, nos termos do regime financeiro das autárquicas locais e das entidades intermunicipais, nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal tenham decorrido entre 30 de junho e 15 de dezembro, a

proposta de orçamento municipal tem que ser apresentada nos três meses a contar da data da tomada de posse. Portanto ter-se-ia até dias 15 de janeiro para se realizar uma assembleia municipal, especifica para aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. E a opção tomada foi em diálogo com a Câmara Municipal, naturalmente, de se fazer ainda este ano civil. Por isso se tomou a opção de se realizar no dia de hoje.-----

Relativamente ao local, tal como tinha informado na primeira sessão, após o ato de instalação, preferencialmente as sessões decorrerão no Salão Nobre, no entanto, fruto da evolução da pandemia covid 19, desta evolução mais recente, teve-se que pensar numa alternativa e a alternativa que permitiu realizar e reagir com o pouco tempo que se tinha, de forma que se tivessem reunidas todas as condições de realização desta sessão, era esta sala do Teatro Ribeiro Conceição, que não é a sala por excelência, que considera ideal para a realização deste tipo de evento, ainda assim, para a sessão de hoje, era aquela que melhor reunia as melhores condições.-----

Quer também agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia de Lamego, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, pela disponibilização pessoal e técnica para a realização dos testes voluntários aos membros da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e também ao público aqui presente, pois até ao início desta sessão tinham-se realizado trinta testes, todos negativos, assim todos podem estar mais serenos.-----

Uma segunda informação, relativamente ao Estatuto dos Eleitos Locais, informou que os membros da Assembleia Municipal já constam da apólice do seguro de acidentes, que está previsto no artigo 17.º do Estatuto dos Eleitos Locais, e portanto, já foi feito esse aditamento de todos os novos membros da Assembleia a essa apólice. As coberturas são aquelas que constam na apólice, que resumidamente dá nota: despesas de funeral – capital, dois mil e quinhentos euros; despesas de tratamento – capital de vinte mil euros; incapacidade temporária - capital de cento e cinco euros; morte ou invalidez permanente – capital de cento e cinquenta mil euros. Reforçou que aditamento já foi feito pelos recursos humanos do Município.-----

Relativamente ao Cartão de Identificação como membro da Assembleia Municipal, também previsto no estatuto dos Eleitos Locais, estes serão entregues na próxima Assembleia Municipal, e por isso, pedia que todos os membros enviassem para o e-mail da Assembleia Municipal ou para o email do Joaquim Mateus, uma fotografia tipo passe, para que se possa proceder à emissão dos cartões de identificação.-----

Uma terceira informação, relativamente ao congresso da ANAM, pois vai decorrer no próximo dia 19 de fevereiro o Congresso da Associação Nacional de Assembleias de Municipais, na cidade da Covilhã, no Auditório da Faculdade de Ciências de Saúde da UBI, disse que é possível a inscrição ou a inscrição está aberta com o título de observador, assim, todos os membro que entendam participar, tem uma taxa de inscrição, e as inscrições devem ser feitas pela Assembleia Municipal. Assim propõe e uma vez que as inscrições decorrem até 14 de janeiro, que se fixa-se a data de 12 de

janeiro de 2022, fizessem chegar à Assembleia Municipal essa manifestação de interesse na inscrição no congresso da ANAM, para que depois, se possa, juntamente com os serviços proceder às inscrições. -----

Uma última informação, nos termos do artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal, o período de intervenção do público tem dois momentos, de vinte minutos cada, crê que até agora não se registou nenhum pedido de intervenção, neste primeiro período, só se poderão inscrever no período final, tem registo um pedido de inscrição para o último período de intervenção do público. -----

O **Presidente da Assembleia** afirmou que uma vez que se trata de uma sessão extraordinária, não há período antes da ordem do dia, entra-se, imediatamente, no período da ordem do dia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021.-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2021, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e nove membros, registaram-se cinco pedidos de substituição, que chegaram à Mesa, devidamente justificadas.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para neste ponto dar uma ou duas notas: a primeira para dizer que se tem feito alguns esforços no sentido de melhorar a transcrição das atas. Ainda assim todos os esforços são poucos nesta matéria, e aquilo que pedia aos membros da Assembleia Municipal para que tivessem o cuidado, e por favor, de enviarem as revisões das suas intervenções, isso é essencial para se melhorar a qualidade das atas e para as tornar perceptíveis de quem não esteve nas sessões, de quem não assistiu pela transmissão setriming.

Relativamente a esta ata, todas as alterações que fizeram chegar, estão vertidas nesta versão e que se coloca à votação.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e trinta e quatro votos a favor, cinco não votaram, pois não estiveram presentes naquela sessão, sendo estes dos quatro membros que estão em substituição e o voto do Presidente da Junta de Freguesia de Avões, por não ter estado presente naquela sessão.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que a Mesa gostaria de apresentar uma proposta à Assembleia Municipal, pois como todos sabem o Mapa de Pessoal deve ser aprovado ao mesmo tempo que a aprovação do orçamento e das grandes opções do plano e há um trabalho prévio, que implica um plano de reestruturação dos serviços, que passam, sempre, por uma fase prévia, que implica a elaboração de uma lista de actividade, de procedimentos e serviços, da lista de identificação dos postos de trabalho necessários e também do mapa comparativo entre o número de efectivos e o número de postos de trabalho necessários. Portanto,

seria conveniente, que a discussão deste ponto se fizesse, se fizesse em simultâneo, não a votação, com o ponto três – apreciação e deliberação da proposta do mapa de pessoal para o ano de 2022. São pontos que se interligam, assim parece que seria útil que esta discussão fosse agregada. Sugestão que foi aceite por unanimidade de toda a Assembleia Municipal.-----

2. **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação n.º 1108/2021 da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Assembleia Municipal o seguinte:-----

“1. Que a organização interna dos serviços mantenha o modelo de estrutura hierarquizada.-----

2. Que se fixe em 7 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis chefiadas por um dirigente de 2.º grau - Divisões Municipais.-----

3. Que se fixe em 4 o número máximo de unidades flexíveis chefiadas por um dirigente de 3.º grau – Unidades.-----

4. Que se fixe em 5 o número máximo de subunidades orgânicas – Secções.-----

5. Que sejam aprovados:-----

a) O organograma da estrutura nuclear (ANEXO I);-----

b) O regulamento da organização e estrutura dos serviços municipais que se segue (ANEXO II);-----

c) Nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o regulamento (ANEXO III) que estabelece o regime dos cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lamego, no que concerne às suas competências, área, requisitos de recrutamento e respetiva remuneração”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, começando por dizer que esperava que as festas natalícias tenham decorrido com normalidade, que as festas de fim de ano decorram também com normalidade, sobretudo, com respeito pelas normas de segurança decorrentes desta pandemia, que a todos afeta, de forma tão grave, para que ela não prejudique mais as atividades económicas, o funcionamento da sociedade e, sobretudo, a saúde de cada um e respetivas famílias e amigos, portanto. Portanto, com votos que estas festas estejam a decorrer com normalidade, desejando também votos de feliz ano novo para todos.-----

Relativamente aos dois pontos que o Presidente da Assembleia Municipal põe à discussão, de facto, podem ser discutidos em conjunto. A revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e o respetivo organograma ou orgânica da Câmara Municipal e o Mapa de Pessoal para o ano de 2022, que prevê todas as alterações em termos de novos recrutamentos, para as várias modalidades de emprego público, bem como mobilidades internas, dentro de categorias diferentes

para os colaboradores da Câmara. E ainda, também a designação de comissão de serviço para os diversos órgãos de chefia que estão previstos numa nova orgânica.---- Disse começar por aqui, porque de facto, o regulamento de organização dos serviços é supletivo, relativamente à orgânica, ou seja, explica apenas quais são as funções concretas, que cada uma das divisões e das unidades de serviços, que estão agora criadas, têm como responsabilidade.-----

No essencial, o que se está a propor, é que a nova orgânica da Câmara Municipal de Lamego seja uma orgânica mais horizontal, em que a unidade de maior dimensão em termos de recursos humanos e de maior complexidade de funções, eram as divisões de Educação, Juventude, Desporto, Acção Social e Cultura, possam ser desdobradas em três unidades: uma unidade, uma divisão de Educação, Juventude e Desporto; uma divisão de Acção Social e Habitação, que será de terceiro nível, ou seja, não será uma chefia de divisão, mas apenas uma unidade de serviços; e uma divisão de Cultura e Património, que irá ser responsável, entre outros, pela gestão deste espaço, onde nos encontramos, e por um conjunto de outros espaços turísticos visitáveis que o Município tem na cidade e que já recebem muitas dezenas de milhares de visitantes. E que necessitam de um corpo técnico, devidamente, preparado para essa gestão.-----

Disse que serão feitas algumas alterações às unidades existentes, nomeadamente à Divisão Administrativa e de Coordenação (DAC). Vai-se, sobretudo, criar uma nova unidade para a área de recurso humanos. Essa unidade vai dar à área de recursos humanos do Município de Lamego uma nova abordagem, que permita olhar para as carreiras dos funcionários do Município, de uma forma integrada. Que permita dar resposta, algumas obrigações legais, nomeadamente em termos de formação e qualificação profissional, em termos de saúde e segurança no trabalho. Que possa de uma forma ágil, fazer o recrutamento de colaboradores para a autarquia e o acompanhamento da sua carreira até à reforma. É uma área que tem sido negligenciada, e foi-o, particularmente, no último mandato, com o incumprimento de algumas obrigações de base e a nível de formação, qualificação, de saúde e segurança no trabalho. Não quer que seja assim, e por isso, quer que esta nova unidade, com um técnico superior responsável pela mesma, olhe para um quadro de pessoal que está em crescimento, está em crescimento, porque de facto, a Câmara tem novos serviços a oferecer aos munícipes e que tem que lhe dar resposta com os recursos humanos adequados, está em crescimento porque vai receber competências transferidas da Administração Central, nomeadamente, na área da Educação, da Saúde e da Acção Social, irão reforçar o quadro de funcionários do Município, em número muito significativo, muito perto das duas centenas de pessoas, o que de facto, acarreta um custo de gestão e também, um aumento muito significativo dos encargos com o pessoal.-----

Disse que foi feito um ajustamento de algumas funções entre a Divisão Administrativa e de Coordenação e a Divisão de Finanças e Património, nomeadamente nalgumas

matérias, como contra-ordenações, em que as competências da Câmara são também, hoje em dia, mais bastas, concretamente com as contra-ordenações de trânsito, e que necessitam, efectivamente, de uma melhor clarificação e de recursos adequados, para se dar resposta a essa informação. -----

Vai-se reorganizar também, a Divisão de Serviços Urbanos, que passa a incluir toda a área de ambiente que se encontrava na Divisão Veterinária. Ou seja, toda a área relativa ao Parque Biológico, ao Canil Municipal, passará a estar incluída na Divisão de Serviços Urbanos, como de resto já aconteceu no passado. Nesta Divisão, proveu-se, porque já estava criada a Unidade de Serviços Urbanos, onde fica toda a área, diga-se, operacional. do dia-a-dia do Município. Todas as reparações em termos de infraestruturas rodoviárias, sinalização, trânsito, espaços verdes, tudo o que é espaço público, ficarão a cargo desta divisão.-----

Mantem-se sem alteração a Divisão de Obras e Urbanismo, exceptuando a saída do Gabinete de Fundos Estruturais, que passará para uma nova divisão, de apoio às Atividades Económicas e Turismo a ser criada. A Divisão de Obras e Urbanismo manter-se-á com as áreas fulcrais, uma área de urbanismo, onde se faz, não só o planeamento urbanístico, como também todo o licenciamento urbanístico ao nível do Concelho. E uma outra área de obras municipais que é responsável pelas empreitadas de maior dimensão, nomeadamente, as que consubstanciam com a execução de projectos candidatados a fundos comunitários.-----

Afirmou que a nova divisão de Atividades Económicas e Turismo vem reunir o antigo gabinete de Atividades Económicas e Turismo, a componente de Feiras e Mercados que estava distribuída em várias divisões, nomeadamente no serviço de veterinária municipal, e também a parte dos fundos estruturais. Será uma divisão muito importante no funcionamento do Município, sobretudo, na sua promoção e na sua imagem externa, dado que, ao ser responsável pela ligação às atividades económicas, aos empresários, aos empreendedores, aos investidores, e também às atividades mais visíveis, a tudo o que são feiras, mercados, festividades, atividades de promoção dos produtos e das atividades regionais, passe o pleonismo, vai ter, efectivamente, uma presença muito visível na actividade do Município dentro e fora do Concelho, nas diversas feiras e eventos, em que o Município habitualmente se faz representar.-----

Vai-se fazer ainda, uma reorganização dos Conselhos Municipais, os Conselhos Municipais são criados por Lei, têm uma constituição que decorre da Lei, mas têm que ser geridos e promovidos a nível da estrutura autárquica do Município, por entidades concretas. E a opção foi avocar cada um dos Conselhos às divisões a que estão ligados. Para que? Para que o conselho que é constituído tenha um responsável, que é o Chefe de Divisão. Dando um exemplo, o Conselho Municipal da Juventude é obrigatório, por Lei, mas nunca foi constituído no Município de Lamego, terá que ser. E a Divisão de Educação, Juventude e Desporto, será a responsável, não pelo funcionamento desse conselho, mas pela sua organização, pelas suas convocatórias

em articulação com o Presidente da Câmara ou no caso, com a Vice-Presidente que tem essa competência delegada. Há uma multiplicidade de Conselhos Municipais, que não estando na dependência das divisões, estão na dependência funcional em termos de apoio logístico e de imposição do seu funcionamento, sob a responsabilidade do respetivo chefe de divisão. Esta situação está também, devidamente, clarificada na orgânica que aqui se apresenta.-----

Ao nível dos gabinetes que dependem directamente do Presidente da Câmara, mantém, obviamente, são imperativos, Protecção Civil, Conselho Municipal de Segurança. Transformou-se o Auditor Interno numa unidade de Serviços de Auditoria e Protecção de Dados Pessoais. É uma área nova, é uma área que tem uma componente muito relevante, nomeadamente nos sistemas de informação, são aqueles que mais facilmente expõem os dados pessoais dos cidadãos, e tem que haver internamente no Município, alguém que seja responsável pelo cumprimento, por garantir que as ferramentas utilizadas pelo Município garantem o respeito pelos dados pessoais dos cidadãos, que não devem ser expostos, se não àqueles que no tratamento dos seus processos, precisam de os conhecer, e apenas e só no período necessário para que esse processo seja tramitado, devendo depois, esses dados ser ocultados. Portanto, é uma área nova muito relevante.-----

Também foi transformado a nível de outro gabinete que estava criado na orgânica e que só tinha sido provido uma vez, o Gabinete do Provedor do Cidadão com Deficiência, foi transformado apenas no Gabinete do Provedor do Cidadão. Ou seja, será um gabinete que terá por responsabilidade receber todas as queixas de uma forma isenta, analisá-las, para quando os serviços municipais, até ao seu responsável máximo, que é o Presidente da Câmara, não derem resposta, haver alguém que tenha a responsabilidade de dizer que há questões por responder e que o devem ser nos termos da Lei.-----

Disse ainda, manter-se, integralmente e obviamente o Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, o Gabinete de Comunicação e o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, se bem que, no momento, sabe-se que não está provido de nenhum responsável pelo mesmo.-----

É criada também, a nova Unidade Autoridade de Transportes do Município de Lamego, é uma imposição legal, um conjunto de pessoas que têm essa responsabilidade de acautelar as competências que foram transferidas pelo Governo para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais a nível de transportes.-----

Mantém-se o Gabinete de Fiscalização na dependência directa do Presidente da Câmara, podendo ser delegado, como está delegado no vereador responsável pelo urbanismo, dado que, o Gabinete de Fiscalização tendo actividade transversal, tem no urbanismo um peso muito significativo.-----

Acrescentou que algumas das actividades que estão previstas neste organigrama irão, previsivelmente, ser externalizadas, nomeadamente a gestão de Águas e Tratamento

de Efluentes, porque está prevista a constituição de uma Entidade Intermunicipal para esse fim. Esta organização dos serviços já previu esta situação, do modo a que, passando os serviços a ser externalizados, os funcionários poderão ou não integrar a nova entidade, mas haverá sempre uma unidade dentro do Município, responsável pelo cumprimento dos padrões de qualidade de serviço aos munícipes, independentemente, da forma de provisão desses serviços ser directamente pelo Município ou através de entidade intermunicipal.-----

Em resumo, disse que se alargou, de facto, o número de divisões de seis para sete, criou-se três novas unidades intermédias de 3.º grau, uma de recursos humanos, na Divisão Administrativa e de Coordenação Geral, uma unidade de Ação Social e Habitação e a Unidade de Auditoria Interna, Qualidade de Proteção de Dados Pessoais.-----

Afirmou que fica, de facto, uma orgânica mais horizontal, em que cada vereador será responsável em termos de pelouros, por divisões inteiras, exceto, na parte de obras e urbanismo, em que as obras e urbanismo são, tradicionalmente, áreas bastantes separadas. Inclui-se os Conselhos Municipais, porque se entendeu que o seu funcionamento, para além de dar cumprimento a uma imposição legal, é importante para integrar um conjunto de entidades e instituições do Concelho de Lamego, que têm ali a sua participação e a sua voz e reorganizou-se os gabinetes e estruturas que dependem directamente do Presidente da Câmara e da vereação.-----

No que concerne ao Mapa de Pessoal, os recursos humanos ao dispor do Município, andam à volta de duzentos e oitenta e cinco pessoas. Há uma situação de grande precaridade, com cerca de setenta e cinco funcionários em contrato a termo certo. Há também um conjunto muito significativo de avenças e de contratos de prestação de serviços, especialmente, nalguns equipamentos, como por exemplo, na área da cultura e do património. Precisa-se, de facto, de dar consistência a este quadro de pessoal, preparando também para aquilo que será o adicional que irá decorrer da admissão de pessoas transferidas pela Administração Central, nomeadamente, nas escolas, onde está a esmagadora maioria desses recursos humanos.-----

O que se prevê no quadro de pessoal, é a movimentação de cento e vinte e duas pessoas no próximo ano, sendo que, a maior parte delas correspondem setenta e quatro aos concursos que já estão a decorrer. Para os assistentes operacionais das escolas, assistentes administrativos nas escolas e noutros serviços, alguns quadros superiores pontuais.-----

Prevê-se também uma grande mobilidade a nível de assistentes administrativos e de técnicos superiores. Esta situação não corresponde a novas admissões, correspondem em muitos casos a mobilidades intercarreiras, ou seja, pessoas que são assistentes operacionais, concluíram formação, que pedem mobilidade para assistentes técnicos ou pessoas que eram assistentes técnicos, concluíram formação superior e pedem mobilidade para formação superior.-----

Estão também previstos os lugares de divisão e dos quatro coordenadores de unidade, ou seja, onze pessoas, o que também não corresponde, de facto, a admissões. Porque muitos desses lugares estão providos transitoriamente por nomeação e definitivamente por concursos. É expectável que, na sua maioria, sejam providos por funcionários da autarquia, ou seja, não haverá novas admissões para esses lugares. O que significa que, desses cento e vinte e dois lugares, apenas, muito poucos corresponderão a novas admissões. Todos os demais correspondem a mudança de vínculo de pessoas que já estão ao serviço, mormente contrato a termo certo para contrato sem termo, a tempo indeterminado e também mudança de posto de trabalho para categoria diferente, para aqueles que já têm contrato a tempo indeterminado com o Município de Lamego.-----

Pontualmente, vai-se reforçar a equipa com algumas situações de mobilidade, nomeadamente, para a área do Património e da Cultura e para a área dos Fundos Estruturais, onde já se fez um pedido de mobilidade na bolsa de emprego público e vai-se no início do ano receber dois novos técnicos superiores para estas áreas.-----

Existem lacunas importantes que têm que ser providas muito rapidamente, em várias áreas, mas irá reforçar aqui as áreas do Urbanismo e das Obras Públicas, pela saída recente de um arquitecto para a Comissão de Coordenação da Região Norte. Outro pela situação de doença prolongada de um engenheiro civil, na parte das obras municipais, e que vai obrigar, muito rapidamente, lançar alguns concursos, seja por mobilidade, seja por contratação no mercado, para reforço de situações pontuais, que são fundamentais para se prepararem projectos e candidaturas, fazerem-se as obras, quer do quadro que está em fase final, quer do PRR, e posteriormente, do Portugal 2030.-----

Em resumo, disse que está a apresentar uma reestruturação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e da respetiva orgânica da Câmara, que a torna muito mais operacional. Permite também o respetivo mapa de pessoal, que a Câmara fique dotada dos meios necessários para dar resposta às suas competências, às suas obrigações legais e ao serviço a que está obrigada junto dos munícipes. Esta situação acarretará um custo, mas que não é um sobrecusto significativo a nível de custos de pessoal. O custo maior já está previsto no orçamento que se discutirá a seguir, tem a ver com os recursos que serão transferidos por parte da Administração Central do Estado e que dizem, essencialmente, respeito a pessoal e a custos decorrentes de manutenção e funcionamento de alguns equipamentos.-----

Em relação a esta orgânica e mapa de pessoal que apresenta, o aumento de custos é marginal e pode ser, completamente, absorvido pelo orçamento normal do Município, razão pelo que propõe aos membros municipais a aprovação destes documentos. -----

Usou da palavra o membro **Nuno Romeu** para afirmar e reconhecer que o executivo tem legitimidade para alterar a orgânica do quadro de pessoal. Embora também seja importante reconhecer que o executivo deverá continuar a pautar-se por uma gestão

de contas certas. E para que isso possa ser uma realidade, torna-se fundamental continuar a ter em prática uma boa política de gestão recursos humanos. Reconhece que existem, atualmente, algumas lacunas, como já aqui foi dito, no âmbito dos recursos humanos do Município, embora, seja igualmente importante verificar se as alterações aqui apresentadas por este executivo, são viáveis do ponto de vista financeiro.-----

Como se pode verificar nos documentos apresentados, a reorganização dos serviços municipais aqui proposta, irá acarretar a criação imediata de quarenta e quatro novas vagas, para além das vagas que, atualmente, já se encontram em concurso. Que se traduz num aumento da despesa de 19% para cerca de 26%. E, perante este facto, questiona o Presidente da Câmara, de que forma irá o Município assegurar esse considerável aumento.-----

Há ainda uma outra preocupação que gostaria de ver esclarecida, por parte do Presidente da Câmara, que diz respeito ao procedimento concursal de sessenta e dois assistentes operacionais para as escolas. Defende que se deve pautar pela estabilidade de vínculo laboral, e este recrutamento iniciado pelo executivo anterior, é reflexo disso mesmo. Deste modo questiona o Presidente da Câmara por que razão não deu continuidade às duas últimas fases estabelecidas neste processo de contratação. Confessa que é algo que o preocupa. Pois os contratos desses sessenta e dois assistentes operacionais, que se encontram, neste momento, nessas funções, terminam a 31 de dezembro deste ano. E como tal as listas definitivas e as contratações que dizem respeito a estes lugares, teriam que estar finalizados até esta data, ou sendo mais concreto, até esta sexta-feira. E neste âmbito, não pode deixar de questionar o Presidente da Câmara de que forma irá assegurar o trabalho, para estes sessenta e dois colaboradores que, atualmente, ainda estão em funções. Isto porque os seus vínculos terminam a 31 de dezembro deste ano, as atividades letivas retomam a 10 de janeiro, e até agora nada foi feito para assegurar a sua continuidade ou substituição, pelo menos que seja do conhecimento publico. -----

Assim, quer ainda realçar que estes colaboradores atuais desempenham um importante papel no seio educativo. Pois são eles que todos os dias garantem a vigilância e o bem-estar de centenas de crianças, bem como garantem também o apoio imprescindível aos docentes e educadores de infância. Julga aliás, que estes colaboradores não deveriam ser desconsiderados, ao ponto de a poucos dias do seu final de contrato ainda não saberem qual é o seu futuro profissional.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Nuno Romeu, dizendo que a sua intervenção foi correio de transmissão da declaração dos vereadores do Partido Socialista, em reunião de Câmara, a qual foi, devidamente, rebatida. Tivesse ouvido a sua explicação, teria percebido que dos cento e vinte e dois lugares a criar, setenta e quatro correspondem aos concursos que estão lançados, e

os restantes, a maior parte de situações de mobilidade. Portanto, não é verdade que haja a criação líquida de quarenta e quatro novos postos de trabalho.-----

Questiona o membro Nuno Romeu, como é que iria ser assegurado o aumento da despesa decorrente com o pessoal, bom! Quem subiu a despesa de 4,7 milhões de euros em 2017 para mais de 6,1 milhões de euros em 2020, não tem, obviamente, qualquer legitimidade para questionar isso. O aumento de despesa decorrente de encargos com o pessoal, encargos previstos por Lei, terá que ser, sempre, suportado pelo Município, independentemente qual for o seu valor. É assim com o aumento do salário mínimo que o Governo tem determinado, é assim com as promoções na carreira em resultado do SIADAP, será assim com as situações de mobilidade para novas categorias que sejam em benefício dos serviços municipais e em respeito pela carreira dos funcionários, o Município assim decida. Foi sempre assim que foi no passado, pelo menos nos mandatos em que foi Presidente de Câmara, será agora assim de novo. Não foi no mandato anterior, mas sobre isso não tem responsabilidades.-----

Sobre o concurso dos sessenta e dois assistentes operacionais e dois assistentes técnicos e mais um conjunto, pois quem os abriu em abril e os manteve a marinar até após as eleições, para publicar a primeira lista da primeira fase de contratação, mantendo mais de quinhentas pessoas expectantes de poderem vir a ter este emprego na Câmara, não tem legitimidade para vir aqui fazer essa pergunta.-----

Dirigindo-se ao membro Nuno Romeu, disse-lhe que se exige aos membros do Partido Socialista e ao executivo anterior, mais respeito por estas pessoas, que viram os seus contratos durante três anos a serem renovados, sem qualquer iniciativa para serem convertidos em contrato a tempo indeterminado. E que, quando esse concurso foi aberto, viram esse concurso ser adiado até ao dia 1 de outubro de 2021, já depois das eleições autárquicas, para ver a primeira fase do concurso publicada. Foi uma maldade que foi feita a estas pessoas. Não aos funcionários apenas, aos funcionários e a todos os demais, que concorreram ao concurso, que tinham a legítima expectativa de poderem ser classificados dentro da área de qualificação. E que, só depois das eleições, a que viram frustradas essas expectativas, eventualmente, muitos deles, depois de terem votado no Partido Socialista, por causa disso. E é por isso que este contrato que celebrou na sequência da extinção das Associações de Freguesias, que foram transferidos pelo anterior executivo, que os renovou três vezes e que não concluiu o concurso a tempo, de uma forma propositada.-----

Disse que nem vai falar de outros vícios que enfermam os concursos, basta olhar para as classificações de vinte que estão nos primeiros lugares, e ver porque é que essas classificações são vinte. Porque é que técnicos superiores fizeram, sempre, qualificação, formação profissional de assistentes operacionais. E porque é que os restantes funcionários da Câmara, quer os que estão nesta situação, quer os que estão noutras situações, não fizeram a qualificação profissional e a formação mínima

imposta por Lei. É disso que se está a falar. Está a falar de vícios graves que afetam esse concurso, desde o primeiro dia, antes de ele ser lançado. E vir agora exigir que, desde o dia 15 de outubro que tomou posse, até agora, se pudesse concluir as duas fases de avaliação que faltam, quando o anterior executivo, em seis ou sete meses não concluiu a primeira fase, é, absolutamente absurdo.-----

Esclareceu que uma das fases de avaliação depende de uma empresa externa, que vai fazer a avaliação psicológica, tem que ser contratada, foi preciso fazer concurso, receber propostas, selecionar as empresas, ajustar os horários com as empresas que não têm disponibilidade para fazer de imediato as cerca de 150 entrevistas, mais de cento e cinquenta nos dois concursos, que serão cerca de 230 entrevistas, que estão previstas. Portanto, era humanamente impossível e é humanamente impossível concluir estes concursos até ao final do ano. -----

Quando o anterior executivo decidiu, só publicar os resultados da primeira fase de qualificação depois das eleições, condenou estes funcionários a uma situação grave, de verem os seus contratos cessados no dia 31 de dezembro de 2021. Porque é isso que vai acontecer. E é mentira que eles não saibam o que lhes vai acontecer. Já lhes transmitiu isso, pelas mesmas palavras com que está aqui a dizer aos membros municipais, aos funcionários que estiverem a ouvir esta sessão da Assembleia Municipal e a todos os lamecenses. Foi o anterior executivo que, de forma deliberada e com o objectivo meramente político ou partidário decidiu condenar estes funcionários a esta situação. Afirmou que no dia 2 de janeiro de 2022, o Município de Lamego, irá contratar em prestação de serviços, os serviços de portaria, os serviços de vigilância, os serviços de cozinha, os serviços de apoio à família, que são necessários, para que os centros escolares se mantenham a funcionar-----

Espera que, os concursos que foram lançados, que se irá continuar a dar seguimento, possam ser concluídos, dando a estas pessoas ou às pessoas que concorreram, que tenham as melhores condições, um resultado digno, que é verem o seu posto de trabalho atribuído, em resultado de concursos que sejam claros, que sejam transparentes, que sejam justos. Independentemente das bases que estiveram na origem deste concursos, o seu timing em que foi lançado e sobretudo o momento em que foi feita a publicação da primeira fase de qualificação. É essa situação que se está a concluir. Portanto, quer deixar uma mensagem de conforto e de estabilidade aos colaboradores, porque foi, sempre, a sua preocupação dar resposta às suas justas expectativas, mas também, a todos os restantes concorrentes que estão qualificados, garantindo que o concurso será levado até ao fim, com toda a clareza e transparência, respeitando todas as regras que a Lei prevê. -----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho**, para dizer que visto ser esta a sua primeira intervenção como membro desta Assembleia Municipal, e antes de se referir ao ponto de ordem em questão, gostaria, apenas, de deixar uma pequena nota. Como é do conhecimento de todos, foi eleita pelos Lamecenses integrada na Coligação

“Somos Lamego – PPD/PSD – CDS/PP “e, desde já, agradece a confiança em si depositada. É sua intenção fazer o seu melhor e espera poder contribuir positivamente, e para isso, aprender, ouvir os lamecenses, participar e intervir de uma forma construtiva.-----

Acredita e sustenta o Programa da Coligação e deste executivo, contudo, isso não a impedirá de exercer o seu mandato com a necessária independência.-----

É ideia comum que os programas eleitorais não são para serem cumpridos, nem são para serem lidos. Não sabe se assim é, mas espera e acredita que assim não o seja. Mas sabe que muitos dos programas são feitos como se o mundo não estivesse em constante mudança, e como se, de quatro em quatro anos, a maioria se esquecesse destas ou aquelas promessas, que se repetem, confiando que amnésia é doença de que padecem a maioria dos eleitores.-----

Como não quer ser assim, cumpre-lhe falar da alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, promessa eleitoral e que, passado dois meses do atual Executivo ter tomado posse, aqui está para ser sufragada por esta Assembleia Municipal.-----

Analisando esta alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respetivo organograma, pode-se verificar que este executivo reitera o compromisso assumido com todos os lamecenses, na sua campanha eleitoral, no sentido de proceder a esta reformulação do organograma dos serviços municipais, tendo como principal motivação tornar esta estrutura mais flexível e as competências das unidades orgânicas mais articuladas e orientadas para os novos modelos de relacionamento com o cidadão, as empresas e as diferentes associações. Este organograma e regulamento de organização dos serviços municipais parece ser o mais adequado e eficaz no sentido de desenvolver um trabalho de regularização dos vínculos laborais, promover a formação e qualificação e estabilizar o mapa de pessoal.-----

Deste novo modelo de organização destaca-se a criação de uma nova divisão na área da cultura e património (“Divisão de Cultura e Património”). Considera que era imperativa a constituição desta divisão, tendo em conta a existência dos diferentes equipamentos culturais, que se encontram sob a alçada do município de Lamego, e a sua dinâmica cultural.-----

Muitos virão dizer que a proposta apresentada deveria ser diferente, que lhe falta isto e aquilo, que tem a mais isto e aquilo, etc, etc... mas há uma coisa que nenhuma das bancadas poderá contrariar, que é: esta alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais é necessária e Urgente.-----

Necessária porque a mesma já vem com quatro anos de atraso (recorda que esta foi uma das promessas eleitorais do anterior executivo que resultou numa tímida alteração da extinta DEASC – Divisão de Educação, Ação Social e Cultura - em duas novas divisões). Urgentes porque muitas são as novas e exigentes competências atribuídas ao Município.-----

Quer, pois, estar altura destas novas exigências para as quais se torna necessário e urgente adequar a sua estrutura, de forma a tirar melhor e maior partido dos recursos humanos existentes, apostando na sua especialização funcional e na possibilidade do desenvolvimento de um percurso profissional desafiador e motivador, ao alcance de todos os colaboradores que assim o desejem.-----

Nesta medida o Grupo Parlamentar “Somos Lamego” irá votar favoravelmente esta proposta de alteração.-----

Relativamente ao Mapa do Quadro de pessoal disse que, decorrente da reorganização dos Serviços Municipais, e em continuidade, procedeu-se ao ajuste do organograma e mapa de pessoal. O mapa de pessoal e organograma apresentados encontram-se em conformidade com o novo Regulamento dos Serviços Municipais e é evidente a sua “sintonia” e adequação.-----

É, seguramente, um proveitoso “instrumento” que permite a gestão adequada dos recursos e a sua valorização pessoal, mas também a sua rentabilização na execução das suas atribuições e tarefas, ao serviço do município e da população de Lamego. Sem um quadro de pessoal bem organizado, com lógica e sentido de missão, dificilmente o executivo consegue cumprir o seu compromisso com os Lamecenses. Esta foi uma das dificuldades que o anterior executivo teve, contudo não foi capaz de resolver.-----

Neste novo modelo organizacional verifica-se a criação de mais uma divisão, com a finalidade de integrar a organização de uma área fundamental que é a área da cultura e do património. (“Divisão de Cultura e Património”). Lamego é uma cidade de cultura e são muitos os equipamentos culturais sob a sua responsabilidade, por isso, considera impreterível e pertinente a constituição de mais esta divisão.-----

De referir, ainda, a determinação de 4 unidades flexíveis: Unidade de Recursos Humanos (URH); Unidade de Ação Social (UAS); Unidade de serviços Urbanos (USU); e Unidade de Auditoria Interna, qualidade e proteção de dados); todas elas ajustadas à relevância das suas atribuições e do número e especificidade dos recursos que integram. Pode-se destacar a unidade de Recursos Humanos (URH), agora também com a preocupação acrescida de dar resposta às questões fundamentais da higiene e segurança no trabalho, que não pode ser descurada como até então; e a Unidade de Ação Social (UAS) capaz de dar resposta aos desafios na área da saúde e da ação social.-----

É relevante salientar que a generalidade dos colaboradores que integram este novo mapa já se encontram e exercer as funções com carácter regular, numa situação de alguma precariedade, pelo que não haverá um aumento significativo da despesa, por esta via.-----

É, também importante, estar-se conscientes que, com a descentralização das competências para a área da saúde, da educação e do serviço social, naturalmente será necessário reorganizar/reajustar este mapa de pessoal, dando resposta às

funções e expectativas dos recursos humanos que forem afetos a cada divisão e unidade.-----

Resumindo, o Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego” compreende a mais-valia deste modelo organizativo, a necessidade de dar resposta a compromissos já assumidos pela Câmara Municipal de Lamego, bem como, a capacidade de prever a inclusão de novas receitas, novas despesas e novas responsabilidades, razões pelas quais votará a favor.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** para perguntar ao Presidente da Câmara se esta alteração ao Regulamento, é para maior e melhor eficiência, se não implica custos, se a reestruturação implica custos e mais funcionários, parece que vai ser um recrutamento de “Boys, pelo que lhe deu a entender. Deve o Município gerir o quadro de pessoal que tem e evitar novos contratos.-----

Também gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, pois disse que este quadro de pessoal tem um aumento de custos marginal, não disse quanto. Por fim disse que o Partido do Chega vai votar contra estes dois documentos.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Viriato Lemos, dizendo-lhe que não se pode calcular custos, fazer contas relativamente a coisas que se desconhece. Se se faz um concurso no qual pode ser esse lugar provido por um funcionário da autarquia ou por um funcionário externo, isso corresponde a não haver aumento de custo ou haver o aumento de um novo vencimento. Portanto não pode garantir que as pessoas que estão, neste momento, a desempenhar funções e que vão ser providas em chefe de divisão, ou os que estão em funções de assistente operacional e assistente técnico que estão a concorrer a concurso que é aberto e concorrem outros lamecenses possa vir a haver o preenchimento dessas vagas por pessoas da Câmara ou por pessoas que não estão neste momento ao serviço da Câmara. Disse que lhe está a pedir para ele prever aquilo que não pode prever, porque dependerá do resultado do concurso que, como já disse aqui, será claro e transparente, e nesse sentido o resultado é o que tiver que ser. Os seus encargos serão assumidos pelo Município, porque essa é a necessidade do serviço e a necessidade também do cumprimento da Lei.-----

Relativamente aos custos, volta a dizer, os quarenta e quatro lugares que não estão a concurso, neste momento, e que vão ser providos com recursos internos, com mobilidade ou com recurso externo, o aumento de despesa será, efectivamente, marginal.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer ao Presidente da Câmara que o esteve a ouvir com bastante atenção, e logicamente, utilizando até aqui alguma ênfase culinária, é obrigado a lhe dizer que pode estar aqui a discutir que as coisas relativamente aos concursos estiveram a marinar, atualmente pode-se dizer, que durante este período está em fase de carne maturada. Ou seja as coisas continuam, basicamente, paradas. Se calhar, podia ter havido outro andamento em relação ao

procedimento concursal, falando, concretamente, dos dois concursos que estão a decorrer. Mas também é verdade que durante este período parece que os processos estagnaram.-----

Disse que aquilo que interessa, verdadeiramente, aqui, é bom que se tenha a noção, pois logicamente que há aqui ideias diferentes no que diz respeito à questão do mapa de pessoal, e essas diferentes também têm que ser aceites, independentemente de ele ter uma opinião divergente ou não.-----

Indo a factos, disse que durante todo este processo, durante estes últimos quatro anos, sempre que havia questões relacionadas com a discussão do mapa de pessoal, havia sempre a necessidade de negociar, a começar pelos vereadores que estavam na oposição, que se juntavam, eram quatro, já que o partido Socialista não governou com a maioria absoluta. Perguntou quantas e quantas vezes viram vilipendiadas ou até barradas, muito daquilo que era a necessidade e a opção para fazer a gestão do Município. Principalmente no que diz respeito a estas questões, que tinha que, obrigatoriamente, passar pela Câmara e pela Assembleia Municipal. -----

Há que ter memória, pois as propostas que havia, na altura, da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que incluía o CDS e o Partido Monárquico e o PSD, era, inclusive, no sentido de haver diminuição do número de pessoas que fariam parte do quadro de pessoal. Isto é muito claro e foi assim. Agora dá de barato, que possa haver, de facto, essa evolução, se calhar vai-se chegar à conclusão que quem era o entrave disto era o Partido Monárquico, que, efectivamente, criava aqui alguma barreira. Agora o Partido Monárquico não tem qualquer representatividade, tanto melhor, pensa-se de forma diferente. -----

Mas também não se pode dizer, que isto vem só dos últimos quatro anos, esta constituição, aquilo que existe atualmente, logicamente será diferente, não tem dúvidas que irá ser diferente. Mas aquilo que existia anteriormente, até vinha de anteriores mandatos, do atual Presidente da Câmara, desse tempo as coisas estão constituídas dessa forma. Mas, contudo, dá de barato, as pessoas evoluem, agora acha-se, logicamente, que as coisas podem ser de forma diferente. Mas aquilo que é visão em relação à organização da Câmara e essa será uma discordância, pois naquilo que o senhor Presidente da Câmara explicou, que é uma organização horizontal, não lhe parece, muito sinceramente, que seja a solução mais adequada para, no fundo suprir, aquilo que são as necessidades dos serviços.-----

Há uma coisa que tem que dizer, não se pode usar a argumentação conforme dá mais jeito. Não pode usar a argumentação que nos últimos quatro anos aumentou-se a despesa com o pessoal, pudera! As pessoas não tiveram aumentos? O Presidente da Câmara não pode garantir que não haverá aumentos com a despesa de pessoal, não pode garantir nada, e portanto essa coerência vai ter que se manter. Pois, de certeza que vai haver aumentos. Mas daí, não vem mal ao mundo. Logicamente que as pessoas vão ter direito aos respetivos aumentos, quer seja por força do aumento do

salário mínimo, quer seja pela progressão das próprias carreiras, quer seja por força dos seus aumentos anuais. Ainda bem que assim é. O problema não está aí, não se pode é dizer que o número de pessoas, não relativamente àqueles que estão no concurso, o número de pessoas que estão previstos no quadro de pessoal, vai ser tudo tratado por questões de mobilidade ou progressão. Porque assim já se está a dizer à partida o que vai acontecer, os concursos são públicos. O Presidente não pode afirmar já que as vagas vão ser ocupadas, desta ou daquela maneira. Percebe que o senhor Presidente da Câmara tenha essa expectativa, mas não a pode fazer. -----

Para concluir, disse que não lhe parece bem, que seja feita aqui a acusação que foi feita pelo Presidente da Câmara, no que diz respeito à atribuição das notas, que tiveram alegadamente algumas pessoas. Porque isso é por em causa o trabalho do júri, não lhe parece, sequer, que isso seja correto. Até diz mais, é eticamente reprovável, estar a dar cartuchadas, neste momento aos funcionários do Município que fizeram essa avaliação e acredita que o tenham feito de forma íntegra e dedicada.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que confessa que não percebeu nada da intervenção do membro Pedro Torres, exceto, agora nesta fase final.-----

Não percebeu nada, desde logo, porque sempre houve a maior colaboração do CDS/PP e do PSD para com o executivo anterior, para que estes contratos de trabalho a tempo indeterminado fossem lançados e fossem realizados. O que houve foi uma coisa diferente, foi o chumbo aos júris viciados e propostos pelo anterior executivo, relativamente aos concursos de chefes de divisão. É disso que se está a falar. Assim como em relação aos concursos que estão a decorrer, a questão não se põe em relação à avaliação do júri, mas antes em relação aos critérios que foram definidos, previamente, ao concurso pelo executivo. Que beneficiam, claramente, um leque determinado de funcionários, que já estão em funções. E que durante os três anos em que estiveram a exercer funções para o Município, puderam beneficiar de formação que os iria colocar à frente de todos os demais. Foi apenas isso que disse. É isso que aqui repete. Foi isso que se passou, efectivamente.-----

Quanto ao mais, nada tem a dizer, os lugares que forem providos por mobilidade, serão providos por mobilidade, os lugares que serão providos por concurso, serão providos por concurso, claros e transparentes nos termos da Lei. Nada mais a acrescentar.-----

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dez votos contra e duas abstenções. -----

3. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2022-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara, do seguinte teor:-----

“Com a entrada em vigor da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), é obrigatória uma planificação da atividade

e dos recursos do Município. Em termos de recursos essa planificação passa pela elaboração do mapa de pessoal que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município necessita para o desenvolvimento das atividades contempladas tanto no Orçamento Municipal como nas Grandes Opções do Plano.-----

O mapa de pessoal será o que vier a ser aprovado pela Assembleia Municipal, entidade competente para a aprovação da proposta de Orçamento Municipal, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP, em articulação com o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro.----

Nos termos do artigo 29.º da LTFP, os mapas de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhe correspondam; dentro de cada carreira e ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular e do perfil de competências transversais da respetiva carreira e, ou, categorias, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.-----

Os postos de trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral predeterminado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica ou gabinete em que estão inseridos. As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades de trabalho diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização.-----

A atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas, no conteúdo funcional das carreiras gerais (Técnico Superior, Assistente Técnico, Assistente Operacional e carreira especial de fiscalização) ou das carreiras subsistentes ou não revistas (Informática).-----

Considerando a recente transferência de competências para os municípios é imprescindível ajustar o pessoal em função de tais transferências e das necessidades existentes. -----

Os trabalhadores são o principal recurso para a Câmara Municipal de Lamego, pelo que, há que criar condições para uma gestão das pessoas, na CML, mais profissional e humanizada, maximizando a sua motivação e o seu contributo para os objetivos organizacionais.-----

Compreendendo a relevância dos recursos humanos, fazer hoje gestão de pessoas não significa garantir tarefas administrativas, significa sim fazer uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e competências, aliada a uma estratégia de motivação e valorização do desenvolvimento de competências dos trabalhadores, que tenham adquirido novas habilitações adequadas à satisfação de necessidades permanentes dos serviços municipais.-----

No mapa de pessoal de 2021 a Câmara Municipal tinha 7 trabalhadores em Comissão de Serviço, 208 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado e 60 trabalhadores com contrato a termo resolutivo certo, num total de 275 trabalhadores.

Uma das prioridades na gestão de recursos humanos é, sem dúvida, a capacitação e valorização dos trabalhadores, permitindo criar novas perspetivas de realização profissional.-----

Com a presente proposta procuramos alinhar as expetativas individuais com a cultura organizacional, com a missão e com os objetivos de cada serviço, sem perder de vista a eficiência e a eficácia global da ação municipal.-----

A presente proposta de Mapa de Pessoal reflete a política de gestão de recursos humanos definida pelo Município de Lamego e pressupõe a avaliação dos impactos das saídas registadas nos últimos anos (v.g. mobilidades, aposentações, óbitos, cessações da relação jurídica de emprego público...) e, conseqüentemente, a continuidade e a assunção de novas funções assumidas pela Câmara Municipal, bem como a necessidade de supressão gradual de carências de recursos humanos.-----

Após um diagnóstico das necessidades verificadas nos diferentes serviços e unidades orgânicas e tendo como fundamento razões de economia, eficácia e eficiência dos serviços, verifica-se que as áreas com maior carência de recursos humanos circunscrevem-se a áreas como a cultura, o turismo, a educação, as obras, havendo outras mais residuais, pelo que para fazer face a estas necessidades prevê-se, de igual forma, criar as seguintes vagas:-----

- ✓ 1 Chefe da Divisão de Cultura e Património, em regime de comissão de serviço;*-----
- ✓ 3 Chefes de 3º Grau, para 3 Unidades criadas, em regime de comissão de serviço, sendo 1 Chefe para a Unidade de Auditoria Interna, Qualidade e Proteção de Dados, 1 chefe para a Unidade de Recursos Humanos e 1 Chefe para a Unidade de Ação Social.*-----
- ✓ 9 Técnicos Superiores, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado;*-----
- ✓ 2 Técnicos Superiores, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público a Termo Resolutivo Certo;*-----
- ✓ 1 Especialista de Informática, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado (Procedimento concursal a decorrer);*-----
- ✓ 25 Assistentes Técnicos, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado;*-----

- ✓ 5 Assistentes Técnicos, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público a Termo Resolutivo Certo;-----
- ✓ 2 Encarregados Operacionais, com relação jurídica de emprego Público por Tempo Indeterminado previamente estabelecida;-----
- ✓ 62 Assistentes Operacionais, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para as Escolas (Procedimento a decorrer).-----
- ✓ 10 Assistente Operacional, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público a Termo Resolutivo Certo.-----
- Do exposto resulta o seguinte quadro, com as alterações propostas:-----

	SMPC		UAIQPD			DAC			DFP	DJED		UAS	DCP			DDET		DSSU		DOU	TOTAL
	CTI	C.S.	CTI	CTTC	C.S.	CTI	CTI	CTTC	C.S.	C.T.I.	CTTC	C.S.	CTI	CTTC	CTI	CTTC	CTI	CTTC	CTI		
CHEFE DE DIVISÃO 2º GRAU															1						1
CHEFE DE UNIDADE 3º GRAU		1			1							1									3
TÉCNICO SUPERIOR			1	1		2				1	1		2							3	11
ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA			1																		1
ASSISTENTE TÉCNICO	1					4	3			7	4		1	3	7						30
ENCARREGADO OPERACIONAL															2						2
ASSISTENTE OPERACIONAL				2			62	6											4		74
TOTAL	1	1	2	3	1	6	65	6	1	8	5	1	3	3	9	4		3			122

A adoção do preenchimento dos postos de trabalho por via do recurso maioritariamente, ao vínculo jurídico de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, permite atribuir, desse modo, prioridade aos vínculos de natureza permanente, com evidente redução dos vínculos laborais de natureza precária, conforme vem acontecendo nos últimos anos.-----

Finalmente, e nos termos do disposto na Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, conjugada com o disposto no Artigo 61.º da LOE 2021, aprovada pela Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro, (uma vez que a LOE para 2022 ainda não foi aprovada), pretende-se assegurar a compatibilização das propostas concretas apresentadas em matéria de gestão de pessoal para 2022 e as regras orçamentais em vigor, designadamente em sede de recrutamento de pessoal, mostrando-se garantido o cumprimento, cumulativo, das seguintes exigências legais, na elaboração do presente Mapa de Pessoal:-----

- a) As regras de equilíbrio orçamental;-----
- b) O respeito pelos limites de endividamento:-----
- c) Demais obrigações de sustentabilidade das finanças locais.-----

Por outro lado, e em simultâneo, irão ser suprimidos 8 postos de trabalho referentes aos trabalhadores que saíram durante o ano de 2021, postos esses que correspondem a 1 Dirigente (aposentado), 3 Técnicos Superiores (1 aposentado, 1 mobilidade estatutária, 1 mobilidade para a CCDD'N), 1 Assistente Técnico (aposentado) e 2 Assistentes Operacionais com contrato por tempo indeterminado (1 aposentado e 1 por falecimento) e 1 Assistente Operacional com contrato a termo resolutivo certo (caducidade). -----

Sublinha-se, ainda, que o presente mapa de pessoal, foi elaborado tendo em conta a adequação da estrutura orgânica do Município de Lamego, às regras e critérios

estabelecidos na Lei n.º 49/2012, de 22 de agosto, contemplando um total de 272 postos de trabalho ocupados.-----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município, proponho a aprovação do presente mapa de pessoal para 2022 e posterior envio à Assembleia Municipal de Lamego, para deliberação.”-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, dez votos conta e duas abstenções. -----

4. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA III ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (SNC-AP NCP26 – CONTABILIDADE E RELATO ORÇAMENTAL) -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo ser submetida para apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para afirmar que é necessário fazer alguns ajustamentos ao orçamento municipal. O mais relevante dos quais ajustá-lo aos recursos efectivos que o Município teve durante o ano de 2021 para a execução deste orçamento. -----

Isto significa, efectivamente, reduzir o orçamento que estava sobre empolado em cerca de oito milhões de euros, para valores compagináveis com a receita cobrada, e por consequência, com a despesa paga.-----

Se não se fizesse esta alteração modificativa ao orçamento, ter-se-ia uma receita de 76% e uma despesa de 70%, ou seja abaixo dos limiares impostos pela Lei. Fazendo esta alteração, vai-se se ter uma execução de receita de 94%, trinta e três milhões de euros e uma execução de despesa de 86%, acima dos 85% previstos por Lei, de trinta milhões, duzentos e trinta mil e oitocentos e noventa e três euros.-----

Pode-se dizer que se está perante um mero artifício contabilístico, é verdade, está-se a subir a receita cobrada de 76% para 94%, a despesa paga de 70% para 86%. Deve dizer que foi muito pior que nos anos anteriores, em que valores muito inferiores, receita e despesa foram inflacionados para valores na casa dos 90%.-----

Não vai também escamotear que este orçamento, excelentemente executado, 94% na receita e 86% na despesa é um orçamento medíocre, é um orçamento que os trinta milhões de despesa paga não corresponde a mais de vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e setenta e três euros de despesa, efectivamente, realizada. Posto que os outros sete milhões, duzentos e quarenta e três mil euros referem-se a empréstimos que foram contraídos para pagar empréstimos anteriormente em vigor, como todos sabem, porque foram todos aprovados nesta

Assembleia Municipal, em anteriores mandatos, apenas com o objectivo de aumentar o prazo de duração de longevidade do empréstimo, e portanto, reduzir as prestações a pagar à banca.-----

Tem-se, por isso, aqui, uma necessidade efectiva, de aumentar o orçamento do Município de Lamego, mas aumentá-lo de uma forma sustentada. Aumentá-lo com receitas firmes e com despesa concretas que sejam, efectivamente, o resultado da actividade de investimento do Município, e não da simples aumento da despesa corrente e de uma execução tibia de fundos comunitários como aconteceu neste período. Para isso, infelizmente, está-se mal munidos, mas falará disso no orçamento e plano de actividades, de projetos prontos a candidatar aos próximos quadros comunitários. O Município tem apenas ao seu alcance a conclusão da execução dos fundos comunitários relativos ao PEDU, que são os projetos que estão em curso neste momento, e dos quais a Câmara Municipal se pode socorrer para ter alguma despesa de capital.-----

Não deixa, também, de ter necessidade de continuar a olhar para a dívida, e já que se fala da última alteração ao orçamento, poderia dar esses grandes valores do orçamento municipal, receita cobrada trinta e seis milhões de euros, despesa paga até ao momento, de trinta milhões de euros. Dívida total à banca e a fornecedores de vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e sete mil e quinhentos e noventa e quatro euros. Limite da dívida de vinte e oito milhões, setecentos e dezasseis mil e vinte e oito euros, efectivamente, só se está com 97% de endividamento, está-se 3% abaixo e é brilhante estar-se 3% abaixo ao fim de quatro anos, sem investimento no Concelho, sem o mínimo investimento nas Juntas de Freguesia, sem pagar às associações e coletividades e aos clubes, tudo aquilo que tinham direito, num período pandémico tão difícil. -----

Afirmou que, se está a fazer um esforço muito grande, todos em conjunto, e esse esforço começa hoje, na aprovação do novo plano de actividades e orçamento que será discutido a seguir. Cessa para o encerramento deste ciclo, com esta alteração modificativa ao orçamento, que permitirá criar condições para que no dia 31 de dezembro se encerrem as contas do Município, em pleno respeito pela legislação em vigor, nomeadamente, pela Lei das Finanças Locais.-----

Deliberação: Aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor uma abstenção e um voto contra-----

5- **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS PARA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO REFERENTE AO PAVILHÃO MULTIUSOS

Presente à sessão da Assembleia Municipal reunião a proposta de deliberação da Câmara Municipal , do seguinte teor:-----

“Tendo presente a informação 4883/2021, que aqui se dá por integralmente reproduzida, informando que “Após consulta a 8 instituições bancárias, e reportando esta informação apenas ao empréstimo do Pavilhão Multiusos, apenas foi rececionada uma proposta, da Caixa Geral de Depósitos, mas que não cumpria um dos requisitos, nomeadamente a exigência de que o indexante não tivesse floor zero”;-----

Que todos os outros empréstimos renegociados beneficiaram de um indexante sem floor zero, permitindo que este indexante que se encontra negativo nos últimos tempos, absorva parte do spread, diminuindo o juro a liquidar;-----

Considerando que não é vantajoso para o município, agora, renegociar o empréstimo, esperando que no futuro, e conforme comunicado por elas, possa haver outras entidades bancárias a fazer propostas, deixando de ser a Caixa Geral de Depósitos a “monopolizar” este empréstimo, obtendo nessa altura uma proposta que melhor sirva o interesse público;-----

Que, nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 123º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo, ou no caso de cessação por revogação ou resolução por razões de relevante interesse público, os contraentes públicos devem demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115º, especificamente “O não aumento da despesa pública global” e “A articulação entre os diversos níveis da administração pública”-----

Ainda que o valor atualizado (utilizando a taxa de desconto a que se refere o n.º 3 do artigo 19º do Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014, da Comissão Europeia, de 3 de março de 2014, 4%, conforme decorre do n.º 6 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente, o serviço da dívida global não descontado aumenta, pelo que não é vantajoso para o município renegociar este empréstimo.-----

Propõe-se à Câmara Municipal que, tendo proposto à assembleia municipal nos termos da alínea f) do no 1 do artigo 25º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a autorização do empréstimo supracitado, delibere submeter à Assembleia Municipal para autorizar a resolução e revogação do contrato, por inerência, nos termos da alínea l) do artigo 25º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que se trata de um ponto pacífico, o anterior executivo solicitou uma proposta para substituir o empréstimo do Multiusos por um novo empréstimo. Infelizmente apenas a Caixa Geral de Depósitos, que é o banco que titula o atual empréstimo, apresentou proposta, e a proposta não é benéfica relativamente à que se tem, atualmente, em vigor. -----

São alteradas diversas condições que, previsivelmente, levariam a um acréscimo de custos, na ordem dos novecentos mil euros no final do prazo de pagamento do empréstimo, que passaria, novo a ser de vinte anos, em vez dos treze que atualmente faltam. E nesse sentido está a propor que a Assembleia Municipal, revogue a decisão

de contratação desse empréstimo, sendo que, de resto, também foi unanime na Câmara Municipal. -----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para perguntar ao senhor Presidente da Câmara, pois uma estrutura que está ao abandono, o que é que pretende fazer com o Pavilhão Multiusos. Na sua opinião deveria entregar a exploração daquele equipamento à iniciativa privada. Informou que neste assunto o Partido Chega se vai abster.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Viriato Lemos, dizendo que a resposta é muito simples, o Pavilhão Multiusos está em utilização permanente, esteve sempre, nunca deixou de estar desde há uns seis ou sete anos a esta parte. Está neste momento a servir para o centro de vacinação, tem recebido eventos esporádicos, face à situação pandémica, o ultimo foi um campeonato de ténis de mesa. Tem-se rejeitado eventos e a marcação de outros para o pavilhão. É um equipamento que, de facto, tem duas funções alternativas, ou está ao serviço público, nomeadamente das instituições, coletividades, clubes, das atividades económicas em geral, ou pode, efectivamente, ser entregue à iniciativa privada, para ser explorado, para funções similares, de natureza cultural, económica ou outras.-----

A sua opinião, é que o Pavilhão Multiusos deve continuar a ser explorado como equipamento público, dado que se tem muita necessidade dele para as associações culturais e desportivas, para as situações excecionais, como foi esta do covid 19, e para um conjunto de eventos que estão programados para o Pavilhão e que ali deverão ser realizados, logo que haja condições para tal.-----

Não exclue que, em relação a alguns aspectos, o Pavilhão, nomeadamente o estacionamento e a cafetaria, possa haver intervenção de privados, para que essas componentes, mais complementares do Pavilhão, possam ter uma actividade diária, que seja separada das atividades de apoio municipal, para as quais o pavilhão está neste momento direcionado.-----

Deliberação: Aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e duas abstenções. -----

6 ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022-2026;-----
2. O valor total do orçamento proposto é de 34.000.000 euros, repartido pela receita corrente no montante de 23.528.250€ e de capital 10.471.750€;-----
3. O orçamento municipal da despesa, compreende a inscrição de despesas resultantes das GOP'S (Plano de atividades: 15.316.250€ e Plano plurianual de Investimento:12.697.500€) e os encargos com pessoal com e sem inscrição em plano

(5.986.250€), totalizando uma despesa corrente no montante de 21.302.500€ e de capital 12.697.500€;-----

4. Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento.-----

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da mesma Lei aprove o Orçamento para 2022-2026, enquadrado nas Opções do Plano para o quinquénio 2022-2026;-----

2) Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:-----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano;-----

c) Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.”-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que a documentação que foi carregada na plataforma da Assembleia, é a documentação que por Lei é obrigatório a Câmara fornecer. Aquilo que se vai votar é o plano plurianual do investimento, plano de atividades municipais, as grandes opções do plano e o orçamento, com tudo o que inclui: Mapa resumo do orçamento, mapa resumo plurianual do orçamento inicial, orçamento por capítulo, a listagem do orçamento completo para os anos seguintes, o resumo da despesa por classificação orgânica, resumo da despesa por classificação económica, o mapa de empréstimo de médio e longo prazo, os anexos e ainda o relatório do orçamento.-----

Portanto, com todos esses documentos que foram disponibilizados com a devida antecedência, que agora são colocados à discussão da Assembleia Municipal.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que as grandes opções do plano, orçamento e respetivo relatório são documentos complexos. Mas são, contudo, documentos que podem ser traduzidos em palavras muito simples e apenas em grandes números, e depois em alguns aspetos, que são mais relevantes para o dia-a-dia das pessoas e que respondem às expetativas dos membros municipais, mormente os Presidentes de Junta, e, genericamente, dos lamecenses em geral.-----

Afirmou que o orçamento apresentado, tem um valor global de trinta e quatro milhões de euros, abaixo dos trinta e cinco milhões e quinhentos mil euros que teve o orçamento revisto do ano anterior. Vinte e três milhões de euros de receitas correntes,

vinte um milhões de euros de despesas correntes. Tem-se, portanto, um saldo orçamental de despesas correntes que irão financiar despesas de capital.-----

Há um aumento significativo de despesa corrente, de mais de dois milhões de euros, que decorre, essencialmente, da transferência das funções da Administração Central para a Administração Local, que como já referiu no ponto do mapa de pessoal, se traduz essencialmente na transferência de funcionários e na transferência de funções de manutenção e de funcionamento dos equipamentos escolares, dos centros de saúde e de algumas funções sociais. Tem-se por isso aqui, uma situação em que vai aumentar a despesa corrente do Município, vai aumentar a sua dependência financeira, relativamente às transferências do Estado. É uma situação que à partida não parece favorável. Ter-se uma atividade que depende das transferências da Administração Central, mas sabe-se também, que esta é, de facto, a situação mais corrente na Europa, em que as transferências do Estado, para os municípios ultrapassam 22%, 24%, quando em Portugal andam nos 10%, 11%.-----

Portanto, mais competências significarão maiores transferências do Estado, e portanto, significarão também, uma menor auto-suficiência do Município, os seus impostos, nomeadamente o IMI, as suas taxas, mormente, as taxas urbanísticas, as suas prestações de serviços, concretamente de venda de água, tratamento de efluentes, a recolha de resíduos, serão somas, cada vez menores, quando comparadas com as transferências que o Estado vai fazer. -----

Se por um lado serão menos auto-suficientes, por outro ter-se-á também maiores competências. Pena é que sejam competências apenas operacionais, não sejam competências relativamente àquilo que deviam ser os serviços públicos que são sediados no Município, e que deviam ter uma intervenção firme e clara da Câmara Municipal, no seu funcionamento. Fica-se apenas pelas tarefas acessórias, pelas tarefas complementares, como dizia há dias no Conselho Regional do Norte, dão as “vassouras e umas moeditas” para o Município ir varrendo esses equipamentos e tratando daquelas coisas mais simples. Chegará contudo a hora em que essa transferência de competências será para se decidir sobre o futuro dos serviços públicos instalados neste Município, mas não será para já.-----

Relativamente à outra componente da despesa, as despesas de capital, prevê dez milhões, quatrocentos e setenta mil euros de despesas de capital, que são, essencialmente, transferências do orçamento de Estado, e são Fundos Comunitários. Não excluindo aqui o recurso a endividamento, se essa for a solução, como de resto foi no passado, pelo anterior executivo, que contraiu dezasseis empréstimos para amortizar empréstimos existentes ou para financiar as obras que estão em curso, com fundos comunitários, nomeadamente, recorrendo a empréstimos do Banco Europeu de Investimento, porque não contam para a capacidade de endividamento, e que são disponibilizados aos municípios em muito boas condições. Neste momento com o spread negativo, com dois anos de carência, com pagamento a dez anos.-----

Portanto, sempre que necessário, irá recorrer a empréstimos para financiar as obras que já têm fundos comunitários, para se poder libertar recursos para se fazer outros investimentos, que carecem investimento direto do Município, e que não têm Fundos Comunitários. Nomeadamente alguns investimentos correntes de manutenção, das estradas, das redes de equipamento, de água e saneamento, etc., que como se sabe que estão em péssimas condições, sobretudo nas freguesias, que precisam de uma atenção especial e investimento imediato. Para isso ter-se-á que obter recursos, ter-se que afetar parte dos fundos próprios do Município, e se esses fundos próprios faltarem para as obras participadas, então recorre-se ao endividamento, nomeadamente ao Banco Europeu de Investimento para financiar as obras com Fundos Comunitários.-----

No que concerne a este valor de investimento, quer dizer, que basicamente, ele vai traduzir-se na continuidade dos projetos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que estão em curso, na manutenção do projeto do Centro de Saúde de Lamego, apesar de todos saberem a situação de impasse em que se encontra este projeto. Infelizmente não se tem outros projetos para candidatar. Seria necessário que, a par da execução de um quadro comunitário que estava em fase final, se se tivesse desenvolvido ao longo destes quatro anos, projetos para candidatar, agora ao PRR e ao novo quadro comunitário do Portugal 2030. Isso não aconteceu. E portanto, na ausência de projetos, optou-se por não individualizar aquelas que serão as principais ações que se vai desenvolver no próximo ano, é obvio que as pode dizer e tem obrigação de as referir aos membros municipais. Por exemplo, neste momento, estão abertos vários avisos, um deles para residências de estudantes. Há muito anos que Lamego devia ter uma residência de estudantes. O próprio Secretário de Estado do Ensino Superior, Dr. João Sobrinho Teixeira, seu amigo e conterrâneo, de resto, ex-aluno do Colégio de Lamego e amigo deste cidade, deslocou-se a Lamego, aquando do 20.º aniversário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, foi reunir com o senhor Bispo, para tentar arranjar um imóvel para instalar uma residência de estudantes, dado que o Município não se interessou por esse assunto e não tratou desse assunto. Informou que neste momento o aviso está aberto, e a Câmara e o Instituto Politécnico tem opção de adquirir um imóvel, reabilitá-lo e fazer uma residência de estudantes ou então arranjar um terreno, fazer um projeto, construir uma residência de estudantes.-----

Está-se a correr contra o tempo, isto são projetos que não exigem nenhum tipo de ciência especial, toda a gente sabe que são necessidades prementes e toda a gente sabe, que mais tarde ou mais cedo a oportunidade de financiamento desse projeto irá surgir, e portanto era um projeto que deveria estar feito.-----

Outra medida, as acessibilidades 370, pois quantas pessoas com mobilidade reduzida circulam nesta cidade, em cadeira de rodas, com canadianas, com apoios, com dificuldade de mobilidade. Quanto custa olhar-se para a cidade, nivelar os pavimentos,

tirar obstáculos dos passeios, tirar rampas, que são intransponíveis por pessoas com mobilidade reduzida.-----

Está aberta a candidatura aos Fundos Comunitários, mas não há projeto para o fazer, vai-se fazer o projeto e apresentar a candidatura. Isto são apenas dois dos muitos exemplos que podia referir, de coisas que não estão individualizadas nos documentos do plano de atividades e orçamento, mas que estão nas rúbricas gerais de prestação serviços, que irão suportar a execução desses projetos e as posteriores candidaturas, sendo que as obras estão inscritas em orçamento. Durante o próximo ano, por alteração ao orçamento ou no próximo ano, dependendo da evolução do projeto e dos timings que se tiver para o fazer.-----

Em relação às freguesias, está previsto, é um aspeto muito relevante, as freguesias não tiveram investimentos durante quatro anos, tiveram apenas a transferência a nível da delegação de competências. Há quem ache que é suficiente, as freguesias não precisam de mais dinheiro, estão muito bem, tiveram um aumento notável das transferências por parte do Município, portanto, não precisam de mais investimento, esta não é a sua opinião. Felizmente para as Juntas de Freguesia, irá aumentar as transferências para as Juntas de Freguesia. Não directamente para as Juntas de Freguesia, necessariamente, mas para as Freguesias. Faz aqui uma diferença, transferir para as Juntas de Freguesia ou transferir para as Freguesias não é exactamente, mesma coisa. Há situações que passarão pelas Juntas de Freguesia, em que as Junta de Freguesia serão o executor, há outras situações em que a Freguesia beneficiará de obras e investimentos directos do Município. Em todo o caso, é uma preocupação que este executivo tem, olhar para as freguesias, e vendo, de facto, a carência a nível das redes viárias, das redes de equipamentos públicos, das redes de água e saneamento, de todo um conjunto de debilidades que hoje têm as freguesias. Para não falar dos projetos que elas acalentam e anseiam, de determinados equipamentos, que lhes irão dar urbanidade, lhes irão dar capacidade de reter os seus e daqueles que já lá vivem terem melhores condições de vida.-----

Tem pena que, de facto, os projetos comunitários não beneficiem projetos pequenos nas freguesias. Mas ainda assim, está-se a olhar para aspetos de urbanismo, nomeadamente para a definição de áreas críticas de reabilitação urbana, para as Aru's, e ver se alguns aglomerados deste Concelho, nomeadamente Britiande e Cambres, que têm mais urbanidade, não poderão ser consideradas a nível de Aru's, poderem, se não beneficiarem de investimento directos e Fundos Comunitários, pelo menos que, os investidores nesses locais possam beneficiar de isenção ou redução de taxas, de redução de IVA à taxa reduzida, pois já seria um estímulo grande à possibilidade de investimento e reabilitação nesses aglomerados.-----

Afirmou que se previu neste capítulo das Juntas de Freguesia, manter os seiscentos e setenta mil euros de transferência para as Juntas de Freguesia, sabendo-se que, essas transferências são feitas directamente do Orçamento de Estado. E portanto,

existem aqui duas opções, ou mantém-se, em termos de delegação de competências o valor que está definido, ou aproveita-se este valor, esta verba que está inscrita, para se celebrar novos acordos de delegação de competências, com as Juntas de Freguesia. Que podem ser para a realização de obras de investimentos, que são de interesse municipal, mas que sejam realizadas pelas Freguesias. Ou seja, aquilo que, anteriormente se chamava de protocolos de colaboração técnica e financeira. Ou pode-se, simplesmente, manter a delegação de competências, como está e usar a verba que está inscrita, apenas para abater mensalmente, a verba que o Estado transfere directamente para as Juntas.-----

Disse que se inscreveu também verbas simbólicas, para outro tipo de obras e transferências, que terão que ser ajustadas, em função dos valores que vierem a ser acordados com as Juntas de Freguesia para obras e investimentos concretos, de acordo com prioridades que têm que ser bem definidas e que devem ser definidas para um calendário de investimento a quatro anos. Está-se aqui, de facto, a discutir um plano plurianual de investimentos, que deve olhar para o futuro, que não deve ficar apenas, naquilo que são as preocupações de hoje.-----

Informou que nas conversas que já teve com os Presidentes de Juntas, numa reunião geral que já realizou, e um conjunto de reuniões bilaterais, já se percebeu que há pontos de vista diferentes, há quem já tenha prioridades muito definidas, sabendo, exactamente, o que quer para todo o mandato. Há quem esteja a pensar, ainda, aquilo que deve ser a atuação da Junta, o que é mais notório e compreensível em relação aos que entraram agora. Há o caso concreto da Junta de Freguesia de Lamego, que ainda não aceitou a transferência de competências, este um tema que terá que ser discutido, atendendo à dimensão da Freguesia e ao volume financeiro envolvido, por isso merece ponderação. -----

Portanto, há todo um trabalho que se quer fazer em conjunto com as Juntas de Freguesia, mas garantindo que aquilo que foram os compromissos deste executivo, com Lamego e com os lamecenses, relativamente às freguesias, se vão cumprir, e é de se aumentar o investimento nas Juntas de Freguesia.-----

Há ainda um conjunto de outras transferências, nomeadamente para os clubes, para as associações e para as coletividades, são transferências que aportam também ónus que vieram do passado, nomeadamente parte de protocolos que não foi possível pagar no passado. É um assunto que está ultrapassado, que este executivo assumiu e que será assumido e que já foi assumido em relação a algumas associações, neste ano de 2021. Será em relação às demais em 2022, portanto a vida normalizará, e as relações do Município com essas associações e coletividades ficará também, perfeitamente, regularizada. Esperando que, com a passagem deste momento pandémico, se possa, efectivamente, voltar à normalidade em todas as áreas de atuação, e que não se tenha a perda de associações, de clubes que, por via da paralisação decorrente do covid 19, estão a ter um esforço enorme, em retomar as

suas atividades. Para isso, contarão, seguramente, com as Juntas de Freguesia, contarão com o Município, porque não se pode perder, tem-se antes que reforçar a atividade associativa e a participação dos cidadãos nestas atividades.-----

Como já disse e ligado com a nova orgânica do Município, existem novas áreas de atuação que passam a estar individualizadas, na área da Ação Social e da Habitação. Vai-se aprovar a estratégia local de habitação e dar seguimento à construção de Habitação Social, tal como está previsto na estratégia local de habitação. Sendo que, efectivamente, não está definido o local de habitação social, não há projetos, não há, de facto, um trabalho técnico que permita apresentar uma candidatura imediata. Sobretudo estão excluídas outras medidas, que são fundamentais, que têm a ver com o apoio às pessoas que têm casa própria, mas que não têm condições financeiras para fazer obras e para a reabilitar. Bem como aos operadores económicos que têm condições para fazer outro tipo de construção mais económica e colocar essa habitação no mercado, a custos mais acessíveis, seja para a renda, aluguer ou venda. Há também a parte do património e da cultura, onde se vai continuar a investir, inverter-se-á nos equipamentos culturais, quer a nível social quer a nível cultural, nomeadamente vai-se recuperar os projetos da Biblioteca Municipal, da Casa da Cultura. Vai-se investir, de acordo com o protocolo estabelecido com o Governo, ao abrigo do PRR no Museu de Lamego. O Município de Lamego é barriga de aluguer desse investimento, mas é um investimento que fica nesta cidade, nada a dizer quanto a isso.-----

Vai-se investir na área das atividades económicas e turismo. Nas atividades económicas promovendo eventos, que sejam, efectivamente, importantes para a promoção das empresas, dos seus produtos e das suas produções. E, genericamente, de uma forma que promova, favoravelmente, este Concelho e que traga mais visitantes, mais investidores, mais empreendedores. Existem um conjunto de propostas concretas, mas como já disse, carecem ainda de desenvolvimento de projetos, em alguns casos de aquisição de espaços, terrenos e imóveis, de candidaturas para poderem ser traduzidas em propostas concretas de execução, encontrando-se apenas em termos de intenção e de forma difusa neste documento apresentado.-----

É um documento contido, é um documento com propostas exequíveis, é um documento complexo, que ocorre e acontece num momento de transição entre um quadro comunitário que está a acabar e dois novos quadros que estão a surgir, o PRR e o Portugal 2030. Aguarda-se, com muita ansiedade pela definição das novas políticas urbanas do novo Portugal 2030. Tudo indica que aquilo que bafejou no passado, as parecerias para regeneração urbana no QREN e do PEDU no Portugal 2020 não se vai repetir. A proposta da CCDR garante que apenas oito cidades do norte do país, possam beneficiar destas parcerias de política urbana, o que lhe merece, frontalmente, a sua oposição. Tem-no dito em todo o lado, disse-o no

congresso da Associação Nacional de Municípios, no congresso do PSD, no Conselho Regional do Norte, na reunião da Comissão Intermunicipal da CIM, onde esteve presente o senhor Presidente da CCDR. Em todos os fóruns tem dito que os concelhos pequenos, as cidades pequenas do interior, não podem ser excluídas das políticas de coesão, das políticas urbanas viradas para o futuro. Não podem ser excluídas de matérias como a regeneração urbana, como a mobilidade, como a descarbonização. É uma injustiça enorme se isto for aprovado, o que o Governo irá fazer aos Municípios do interior. E cidades como Lamego, que têm o seu papel no tecido urbano regional, ainda que não faça parte desse conjunto da primeira rede de cidades, pois são as primeiras linhas em muitos aspetos, nomeadamente, em dinâmica cultural e oferta turística, e não merecem serem excluídos desses fundos, que podem significar, como significaram no passado. Como por exemplo, na primeira regeneração de parcerias urbanas, Peso da Régua, Vila Real e Lamego tiveram dez milhões de euros, cada uma, a possibilidade de apresentar uma candidatura, o que se fez com o projeto “Viver Lamego”. Na última teve-se o PEDU, onde Vila Real teve dezasseis milhões de euros, Bragança teve dezasseis milhões de euros, Lamego teve onze milhões de euros, Peso da Régua teve dois milhões de euros. Corre-se o risco no próximo quadro comunitário de acontecer isso a este Município, ou seja, sair-se dessa primeira linha de apoio, a políticas urbanas, que são fundamentais para o desenvolvimento de uma cidade, com a malha antiga, com a malha patrimonial rica que esta cidade e concelho têm.-----

Estas situações, efectivamente, condicionam muito este plano plurianual que se apresenta, mas até final do ano, ultrapassada esta situação também da crise governativa, com um novo governo. O acordo de pareceria Portugal 2030 com a União Europeia, será assinado pelo próximo governo, espera que seja um acordo de parceria que acautele estas preocupações e que garanta que Lamego e outros concelhos da região do norte, continuarão a ter acesso a Fundos Comunitários amplos, para se poder continuar a desenvolver as suas potencialidades, a dar às suas empresas, às suas famílias, aos seus cidadãos, aos seus visitantes as melhores condições para aqui viverem e visitarem esta cidade.-----

Tomou a pala o membro **Pedro Torres** para dizer que ouviu aqui o Presidente da Câmara, e que consultou com muita atenção os documentos em discussão.-----

Disse que apraz, de facto, verificar no que diz respeito à elaboração do próprio orçamento, há nele um princípio basilar, respeita, claramente, as regras do equilíbrio orçamental. E isso é um factor positivo de evolução. Já lá vai o tempo em que se tinham orçamentos que trabalhavam na estratosfera, com os resultados que se verificaram.-----

Disse que faz, logicamente, fé e crê que assim seja, será para o bem de todos os lamecenses, que, efectivamente, haja esse mesmo equilíbrio, haja esse mesmo cuidado não só na execução, mas no cumprimento desse mesmo orçamento.-----

Contudo há questões que os separam, e separam acima de tudo, naquilo que diz respeito ao seu conteúdo. Àquilo que são as ideias e políticas.-----

Disse que esteve a ouvir o Presidente da Câmara, com muito cuidado e registou aqui duas notas: O Presidente da Câmara disse que iria fazer duas coisas nos próximos tempos, uma era rebaixar passeios e a outra seria, basicamente, avançar, parece-lhe bem, com uma residência politécnica, mas ainda sem se saber muito bem, se era para ocupar um espaço, se é para ocupar um terreno, qual é a participação da Câmara, de que forma o politécnico intervém neste processo. Afirmou que, como ideia, para começar já não está mal, e apraz-lhe pelo menos a ideia. O resto, parece-lhe que se está a milhas de distância de se saber como vai ser concretizado. Mas há aqui coisas e isso separa-os, porque o Partido Socialista tinha ideias concretas, não se pode dizer que não haja propriamente projetos. Em relação à questão do projeto do Parque da Saúde, este arrastar contínuo de qualquer tipo de decisão, vai levar a uma coisa muito simples, que é a implosão do próprio projeto e à impossibilidade dos lamecenses terem uma infra-estrutura, que albergue todos os cuidados de saúde. Estes cuidados de saúde serão de primeira linha, dignificam os lamecenses, dignificam os profissionais de saúde que trabalham nesse tipo de equipamentos, e permite melhorar o que são os cuidados de saúde primários e aqueles que são de primeira necessidade, não pode deixar de ser feito, por uma qualquer birra politico/partidária, tem que ser executado.-----

Reforça aquilo que disse na última sessão, o Presidente da Câmara terá o apoio total do Partido Socialista, seja em que dimensão for, para que este projeto se concretize.---

Uma outra coisa que neste documento nada é dito, refere-se ao protocolo celebrado com a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, no que diz respeito à recuperação da mata e também do edificado. Gostaria de obter um esclarecimento se, efectivamente, é essa pretensão, se está programado, por parte do Município avançar com este projeto, que lhe parece extremamente importante para a cidade, que se enquadra em muitas premissas que o senhor Presidente da Câmara aqui abordou.-----

De facto, tem-se aqui a continuação do PEDU, dando uma dica, pois no anterior mandato, havia uma proposta, foi elaborado um projeto, que foi concertado até por um técnico do Município e os técnicos da AMA, relativamente às questões relacionadas com a Loja do Cidadão. E portanto, existe, podendo-se, sempre, discutir a localização, mas existe e existia concertação por parte da AMA e o Município e até de instituições, as chamadas instituições âncora no que diz respeito à possibilidade de se poder ter uma Loja do Cidadão, e estava, escolhido o local, no segundo patamar do Mercado Municipal. Porque já existe trabalho avançado, porque já existem instituições que deram o seu consentimento, assegurando aquilo que é número mínimo, das chamadas instituições âncora. Parece-lhe, por bem, que se pegue nesse projeto e que se concretize para aproveitar aquilo que são medidas que, neste momento, estão em vigor no PRR.-----

Podia estar aqui a discutir muitos outros assuntos, mas quer dizer que é também missão de todos, nesta altura, dar, no fundo, alguma margem de manobra, não só ao executivo, mas àquilo que, de facto é aqui apresentado. É essa margem de manobra que o grupo municipal do Partido Socialista irá dar, pois irá abster-se, apesar de existir neste documento, princípios que discorde, naquilo que são linhas seguidoras. Mas como princípio, ressalva, que já é um bom princípio, que o orçamento, de facto, tem este equilíbrio que se exige.-----

Estará aqui para acompanhar, para poder, logicamente, pronunciar-se quer favoravelmente, quer desfavoravelmente, mas acima de tudo, dar um voto de confiança com uma abstenção, e no fundo, uma viabilização.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para dizer que este é o primeiro plano e orçamento deste mandato e deste executivo da Coligação “Somos Lamego”, a quem os Lamecenses confiaram o seu futuro nos próximos quatro anos.-----

É por isso um passo importante no percurso de recuperação e dinamização do futuro de Lamego que faz todo o sentido para o grupo municipal da Coligação “Somos Lamego” e que merecerá o apoio da mesma coligação, e explicando porquê.-----

Antes de mais este Plano e Orçamento tem uma dimensão importante de continuidade, como não poderia deixar de ser. Faz parte do processo democrático a mudança de projetos políticos decorrente das eleições, mas, todos sabem, a vida real não é compartimentável desta forma. A realidade impõe-se, a economia não para, o comércio não para, as atividades sociais não param, os projectos em realização não param e não começa tudo do zero e por isso é necessário dar-lhes continuidade iniciando, sim, um processo de adaptação a um novo modelo de governança autárquica.-----

Este não é o tempo de deitar para o caixote do lixo projetos e dinâmicas vindas do mandato anterior, desde que realizáveis e que tenham consigo um desígnio de bem-fazer pelo interesse municipal. Essa é a primeira característica deste documento provisional.-----

Depois, e em continuidade, foi preciso criar um instrumento de planeamento e gestão, realista e pragmático, emergente do elevado conhecimento que este executivo tem da realidade do concelho e que pudesse acolher esta estratégia. Que pudesse crescer com ela e não que a limitasse nas suas oportunidades de desenvolvimento.-----

Todos sabem que grande parte dos investimentos estruturais estão muito dependentes de fatores externos que o município não controla, nomeadamente os fundos europeus, mas que compete a todos conhecer e acompanhar em proximidade para os poder utilizar na sua plenitude. Este é um factor determinante.-----

Ou seja, para além de um vasto conjunto de compromissos traduzidos em objectivos orçamentados, este documento provisional é suficientemente plástico, ágil, eficaz para se adaptar às oportunidades que, como se sabe, vão surgir e que, se saiba, estar preparados para lhe opor os melhores projetos. Projetos pertinentes, bem

fundamentados, no superior interesse dos lamecenses e deste Município, sabendo que o norte e o e bússola do processo é o compromisso eleitoral sufragado nas últimas eleições.-----

E para tal, na reorganização dos serviços municipais e no orçamento estão inscritos recursos pessoais e verbas suficientes que permitirão dar corpo em tempo útil aos compromissos assumidos. Ou seja, organizar os processos e fazer a aquisição de serviços necessários para o operacionalizar em conformidade com as especificidades das oportunidades de financiamento. Estar em condições de apresentar uma excelente candidatura sempre que uma porta se abrir. Coisa nova que no mandato anterior não se soube fazer.-----

Relembra que desta vez, neste mandato, quer o Presidente de Câmara quer os vereadores com responsabilidades executivas são pessoas com um profundo conhecimento deste Município, adquirido ao longo dos muitos anos que por cá trabalham e convivem diariamente e certamente estão preparados para dar o seu contributo na construção destes instrumentos necessários à persecução desta componente da gestão dirigida ao melhor aproveitamento de todas as oportunidades pertinentes para o bem dos Lamecenses.-----

Por isso, não se justificaria fazer como no início do mandato anterior. Inscrever um conjunto de “boas intenções” que se foram repetindo ao longo dos quatro anos porque entretanto não houve engenho e arte para os implementar, e relembra alguns Reorganização dos serviços municipais (que o atual Presidente da Câmara fez ao fim de dois meses);-----

Plano de Desenvolvimento Turístico;-----

Concelho de Artes e Letras de Lamego;-----

Programa Educativo do Concelho de Lamego;-----

Provedor do Idoso;-----

Plano Municipal de Desporto;-----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIMENTO;-----

O túnel de ligação à A24 a partir da rotunda Fernando Amaral;-----

A requalificação da Rua de Fafel;-----

A Remodelação de Edifício junto à Rotunda Fernando Amaral para Instalação de Interface no âmbito do Plano de mobilidade de transportes públicos de Lamego (que nunca se percebeu muito bem o que era);-----

A requalificação do Cais de Cambres. Não se trata apenas de rebaixar passeios. Pois no mandando anterior se fez apenas duas lombas e nada mais foi feito.-----

Afirmou que tem depois uma terceira característica, para além de uma estrutura de expansão, este orçamento tem na sua base uma estrutura de sustentação. Tem pilares bem definidos e que plasmam, exatamente, o compromisso eleitoral, o conhecimento do executivo, e o caminho que é preciso percorrer, com um conjunto de medidas bem identificadas e bem definidas no seu orçamento, e se se reparar:-----

Educação três milhões de nove mil euros;-----

Cultura, desporto e juventude, atividades cívicas e religiosas, um milhão e novecentos mil euros;-----

Ação Social quatrocentos e vinte e sete mil euro;-----

Saúde trezentos e quarenta mil euros mais dois milhões previstos para 2022 e dois milhões para 2023);-----

Habituação e Urbanismo /Reabilitação Urbana dez milhões e oitocentos mil euros;-----

Meio Ambiente e Saneamento e Salubridade quatro milhões e setecentos mil euros;---

Mas também as freguesias que, certamente e na sequência de compromissos assumidos por esta Coligação “Somos Lamego”, verão o investimento que nelas será feito bem acima dos seiscentos e cinquenta mil euros da descentralização de competências legalmente previsto. Acredita que este será um processo gerido em parceria entre o Presidente de Câmara, o seu Executivo e os Presidentes de Junta que muito bem conhecem as necessidades das freguesias e os recursos que devem e podem ser empenhados na sua satisfação, sabendo todos que há uma forte e expressa vontade política de resolver problemas das freguesias, nomeadamente nas áreas da rede viária, do saneamento e das águas, bem para além das verbas da (agora) descentralização de competências e muito muito, para além do que não foi feito no mandato anterior, que foi quase “zero”. Todos vão acompanhar este processo e certamente o grupo municipal da Coligação “Somos Lamego” também é parte interessada.-----

E nestas seis áreas estruturantes desta organização social, pode-se desde já destacar medidas em concreto, como por exemplo: -----

Implementação da utilização de tecnologias digitais no Pré-escolar e 1ºCEB nos centros escolares;-----

Realização da Montra de Oportunidades e a renovação do parque informático dos Centros Escolares no âmbito do PRR;-----

Priorização da remodelação, requalificação e manutenção da escola EB/23 e da Escola Secundária da Sé, nos moldes seguidos na obra da Escola Latino Coelho.-----

O acordo a com a Fundação de Serralves;-----

Projetos de rentabilização das infra-estruturas e equipamentos do concelho, que com exceção do Pavilhão Álvaro Magalhães, ficaram durante o último mandato quase sem utilização, por exemplo, o multiusos e as piscinas cobertas;-----

Execução e dinamização do caminho dos Monges;-----

Valorização do Caminho Português de Santiago;-----

Criação do balcão de Serviço Social;-----

A resolução do problema criado pelo executivo anterior quando pretendeu meter o parque de saúde que todos querem ter, num terreno que não tem condições para aí ser construído;-----

Execução das obras com participação comunitária, já iniciadas no último mandado do atual Presidente da Câmara no último dos seus mandatos, em processo de construção ou com financiamento assegurado, mas que o executivo anterior não conseguiu terminar ao fim de quatro anos, como por exemplo;-----

Parque Urbano de Lamego; Centro Cívico de Lamego, reabilitação de edificado no Bairro do Castelo - Casa do Horto , reabilitação de edificado no Bairro do Castelo - Torre dos Figos, reabilitação urbana do espaço público do Escadório de N. Sra. dos Remédios na travessia da EN2, requalificação da rua Visconde de Arneirós e sua envolvente, eixo Cardoso Avelino / Macário de Castro (retirado do PEDU, sendo necessário recandidatar a novo instrumento de políticas urbanas) e valorização turística do bairro da ponte.-----

Ou ainda vários projetos inovadores na área do ambiente, paisagismos, saneamento e salubridade.-----

Mas podia ser ainda melhor? Podia. Claro que podia e até devia. Podia se houvesse condições para tal.-----

Se o executivo anterior tivesse deixado em carteira um conjunto de dinâmicas e de projetos que se pudessem continuar a desenvolver e candidatar a financiamento exterior à Câmara Municipal de Lamego.-----

Há, até, aqui, até algum paradoxo.-----

O executivo anterior tinha muitos projectos deixados do atual Presidente da Câmara, já com financiamento assegurado e não os quis aproveitar para inserir no orçamento, desdenhou-os quase todos.-----

Preferiu colocar os seus “projetos” logo no primeiro ano, como por exemplo, o túnel de ligação à A24 a partir da rotunda Fernando Amaral, a remodelação de Edifício junto à Rotunda Fernando Amaral para Instalação de Interface no âmbito do Plano de mobilidade de transportes públicos de Lamego (que nunca se percebeu muito bem o que era), a requalificação do cais de Cambres e outros que já referiu.-----

E foi o que se viu...-----

Não houve projetos, não houve engenho e arte e estes foram-se repetindo ao longo dos planos e orçamento do mandato sem sair do papel, socorrendo-se “in extremis” dos projetos PEDU que tanto exorcizou e acabou por ir buscar à gaveta do fundo, onde os tinha colocado. Mas já não foi a tempo. Os Lamecenses perceberam o expediente e penalizaram a governação anterior. Pena é que entretanto o município também saiu prejudicado.-----

Facto é que o único projeto que se conhece do mandato anterior é um projeto da ARS norte para a instalação de um centro de saúde em Lamego, mas que parece estar “ferido de morte” no local que o Presidente de Câmara anterior propôs, por sua iniciativa, exclusiva. O grande projeto da governação anterior, o Centro de Saúde que bem falta faz há muitos anos, da responsabilidade do governo/ARS norte que gastou setenta mil euros a fazer o projeto, afinal parece que não pode ser porque o executivo

anterior não se apercebeu que queria meter o Rossio na Betesga, sendo que a rua da Betesga tão pouco é do Município-----

Alguém conhece algum outro projeto a que se possa dar continuidade e se possa candidatar no curto prazo?-----

Em contrapartida, (e aqui está o paradoxo) este executivo que gostaria de ter projetos para dar continuidade, para poder candidatar a financiamento o mais breve possível, afinal não os tem porque eles não existiam e será necessário fazer todo esse trabalho prévio de visão, pensamento, estruturação, realização de projeto, planeamento, candidatura.-----

Tem ainda uma quarta característica-----

É um orçamento tecnicamente bem elaborado, que respeita as regras do princípio do equilíbrio orçamental e que não sobre orçamenta a receita para dar cabimento a despesa e que a própria oposição certamente pode reconhecer. Naturalmente com as opções políticas deste novo executivo e da sua estratégia para obter os melhores resultados.-----

Um orçamento de trinta e quatro milhões e quinhentos mil euros abaixo do ano anterior;-----

Que assume o passivo da governação anterior sabendo-se que ficam, pelo menos, quatro ou cinco milhões de euros de encargos assumidos e não pagos e que vão ser transferidos para o ano seguinte; -----

Que tem menos quase três milhões e quinhentos mil euros de receita por transferência de capital.-----

Que prevê e vai assumir a descentralização de competências na área da educação, saúde e serviço social, competências descentralizadas na CML. Certamente nessa altura vai ser necessário proceder a reajustamentos do mapa de pessoal, eventualmente do organograma que necessita de se ajustar às novas responsabilidades;-----

Que reflete o aumento das despesas correntes em quase mais três milhões de euros (de dezoito milhões, cento e setenta e cinco mil euros em 2021 para vinte e um milhões, trezentos e dois mil euros em 2022), por exemplo, relacionadas com novas competências na manutenção das escolas e nos centros de saúde assim como de gestão de recursos humanos.-----

Que prevê, por exemplo o aumento em mais de 11% (de nove milhões, quatrocentos e noventa mil e duzentos e noventa euros ,para dez milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco euros de aquisição de bens e serviços que possibilitem desenvolver e candidatar de forma robusta e em tempo útil, projetos a fundos externos/fundos europeus.-----

Em síntese:-----

Este é um plano e orçamento de transição, objectivo, focado no essencial quase metade das páginas do primeiro plano de atividades do mandato anterior, com

inscrição de itens e verbas pertinentes e no respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental, como é reconhecido até pela oposição.-----

Que operacionaliza e orçamenta um conjunto de projetos em 6 áreas estruturantes da vida social dos lamecenses;-----

Que está preparado para acolher e desenvolver projetos que serão candidatados quando surgir a possibilidade (e sabe-se que vão surgir);-----

Que, naturalmente tem uma estratégia política própria e poderia ser até melhor se este executivo tivesse herdado trabalho bem feito em áreas estruturantes como por exemplo, a construção do parque de saúde ou a criação de condições para a construção de um parque empresarial, eficiência e transição energética, descarbonização.-----

Enfim... Este é o primeiro plano e orçamento deste executivo suportado na Coligação “Somos Lamego” tecnicamente bem elaborado, que, naturalmente, reflete as opções políticas de estratégia para melhor responder aos compromissos assumidos com os Lamecenses e que os membros da Assembleia Municipal vão acompanhar.-----

Por isso, neste momento, nesta fase do processo democrático da governação e da expectativa de todos , só faz sentido aprovar esta proposta de Plano de Atividades e Orçamento.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer um esclarecimento quanto à questão dos tempos, pois nos termos do Regimento, cada membro tem cinco minutos, podendo haver cedência de tempo dentro do mesmo grupo municipal. Para os grupos municipais que têm mais de cinco minutos, a Mesa presume que os membros fazem a gestão dos tempos. Para não se estar aqui numa cedência de tempo, em cadeia, e portanto, para se evitar esses procedimentos. Dentro do tempo que cada grupo municipal tem, os grupos municipais têm a latitude suficiente para procederem desta forma. Se entenderem que essa não é a melhor forma de gerir cada um o seu tempo, a Mesa poderá assumir uma postura mais musculada. Ainda assim, parece-lhe que é preferível para os grupos municipais organizarem-se dentro do tempo que têm.

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** para dizer que o Santuário e o parque, foram um oásis, dos mais importantes do país, acolhendo milhares de peregrinos. O parque com as suas estruturas de lazer e de hotelaria complementava a contemplação a Deus. Tudo era segurança, paz, alegria e conforto. Neste momento, o parque é uma dor de alma!..-----

Hoje, a realidade é outra e a responsabilidade é de todos que, por incúria ou por deixar andar, delapidamos o património que outros criaram. Não se soube multiplicar a sua herança. À grandeza anterior, vai-se deixar aos vindouros a degradação e o abandono. Apela a todos empenho para se recuperar e dignificar o ambiente bucólico do santuário. Foi, neste contexto, que solicitou, na anterior assembleia municipal, ao executivo camarário os estudos da responsabilidade do Instituto de Engenharia civil que determinaram a construção do túnel rosa. Até hoje, nada!... É paciente e

persistente. Aproveita o momento para questionar o executivo camarário se o executivo anterior garantiu contrapartidas, pela alienação de terreno, à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.-----

Disse que, na anterior assembleia municipal houve assentamentos representantes das juntas de freguesia da bancada da maioria parlamentar não tiveram dignidade política no momento da votação. Votar em liberdade é um direito constitucional, não há mordagens. Está aqui pela vontade expressa dos lamecenses e o ruído não o assusta. Não vive da política, sempre trabalhou.-----

Questiona, novamente o executivo, para quando a reabertura da estrada na íntegra com todas as condições de circulação entre o “Relógio do Sol” e a vila de Cambres. Os E as outras inquietações dos lamecenses, mencionadas na anterior assembleia, terão resposta? O tempo exige mudança e o futuro não se constrói.-----

Falando no tema atual, as grandes opções do plano e o orçamento, vai dar o benefício da dúvida a este executivo, seria necessário mais tempo, pois existem inúmeras rubricas que eram necessários mais esclarecimentos.-----

Lamego perde população e os seus autarcas nada fizeram para fixar os novos casais criando políticas com incidência demográfica que outros municípios adotaram com resultados positivos.-----

O IMI a custo zero para casais jovens, durante os primeiros quatro anos.-----

Relativamente ainda ao IMI a taxa de incidência (diminuir) já no próximo orçamento. Foi o único deputado que votou contra a proposta do executivo.-----

Retorna do IRS (disponibilizar para os cidadãos) já no próximo orçamento. Foi o único deputado que votou contra o executivo.-----

Enxoval Bebé, está a ser atribuído em que condições?-----

Forte investimento na rede viária concelhia em detrimento dos “grandes projetos”. Há urbanizações no perímetro da cidade sem passeios. Por exemplo, ligação da urbanização Encosta do Sol ao Bairro de Nazes. É de assustar!-----

Entregar a exploração do pavilhão multiusos a privados.-----

Rendibilizar o complexo desportivo de Nossa Senhora dos Remédios, através de contratos com privados.-----

Ponderar a alteração da taxa sobre o lixo e esgotos: da proporcionalidade para a taxa fixa é mais justo e não aumenta os encargos do município.-----

Criação da bienal da agricultura-----

Criação de uma praia fluvial complementada com um parque de campismo. Porque não sonhar com os “passadiços do Balsemão”?-----

Lamego perde, constantemente população, é necessário fixar novos casais, criando políticas com incidência demográfica, que outros municípios já adotaram, com resultados positivos.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para agradecer ao membro José Manuel Lourenço Correia, a sua intervenção, que foi em alguns aspetos até bastante mais

pormenorizada, do que a de apresentação do plano que ele próprio fez. Quer agradecer esse pormenor, essa clareza, na apresentação documento, e na descrição exaustiva de um conjunto de projetos, intenções e medidas que estão previstas para o próximo ano.-----

Respondendo já ao membro Viriato Pina de Lemos, dizer-lhe que, relativamente, ao Santuário fará uma referência em resposta ao membro Pedro Torres, que será comum para os dois.-----

Em relação à abertura da estrada Relógio do Sol a Cambres, ela está aberta já numa via, circulação alternada, reabrirá nos dois sentidos, logo que o muro esteja concluído, não se pode repor a estrada sem o muro estar concluído, e o muro é da responsabilidade de um privado, será reposta a circulação integral da via.-----

No que concerne ao PRR, tem-se vários projetos a que o Município está a candidatar, nomeadamente o projeto que já referiu, de protocolo com o Governo para investimento no Museu de Lamego e no Convento de Santo António de Ferreirim, também o projeto das residências de estudantes.-----

No que concerne aos impostos, IMI e IRS, que foram tratados na última Assembleia Municipal.-----

Em relação ao Enxoval Bebé disse que se vai alterar as regras, aumentando e simplificando o apoio ao nascimento, passará para oitocentos em situação global, geral e mil euros para os agregados de escalão A de abono de família. E depois substituir-se-á, uma vez que as creches vão passar a ser gratuitas e suportadas pelo Governo, substituir-se-á o pagamento da creche por um apoio a dar no momento do primeiro aniversário e do segundo aniversário da criança, de trezentos euros para o segundo escalão e quatrocentos euros para primeiro escalão. Ou seja, ter-se-á assim um apoio de mil e quatrocentos euros para a situação geral e de mil e oitocentos euros para as famílias do primeiro escalão.-----

Já em relação à questão que foi referida das taxas de saneamento e outras, informou que se vai ter oportunidade de ver isso na Assembleia Municipal de fevereiro, em que tenciona trazer uma nova proposta de actualização das taxas e preços de água, saneamento e resíduos.-----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Pedro Torres, quer dizer que lhe custa, depois de o mesmo ter anunciado a abstenção, ser duro, relativamente à sua intervenção. Os lamecenses conhecem o Presidente da Câmara, pois sabe que é uma pessoa simpática, é uma pessoa afável, é uma pessoa compreensiva, mas não deixa de dizer aquilo que tem que dizer, e não deixa de ser duro e até cáustico com as críticas injustas e sobre tudo com a falta de verdade.-----

Não vai deixar que o membro Pedro Torres rebaixe o projeto do Governo, acessibilidades 370, acessibilidade para todos no espaço público, com a alusão a umas passeadeiras, as tais passeadeiras que o executivo anterior decidiu fazer na Rua Cardoso Avelino e na Rua Macário de Castro, ao invés de ter executado o projeto do

PEDU que estava previsto para aquela artéria e que não tiveram coragem de o executar. O problema é esse, não tiveram coragem, pois o projeto foi feito, tinha financiamento aprovado e não foi apresentada a candidatura do projeto de execução, para ser executado, tendo sido substituído por outras obras, que todos sabem quais foram. Foi falta de coragem de olhar para um dos problemas estruturais da cidade de Lamego, hoje, que é a Rua Cardoso Avelino e a Rua Macário de Castro, o ponto principal de entrada e saída, que é um desastre para a vida daqueles comerciantes e daquelas pessoas que vivem naquelas ruas e é um mau aspeto brutal para que entra na cidade de Lamego. -----

Disse que não vai deixar também, de referir que o membro Pedro Torres passa um atestado de incompetência ao anterior executivo, quando se refere à residência de estudantes, dizendo que nada está feito. Se veio cá o senhor Secretário de Estado com essa preocupação, há mais de um ano, e o 21.º aniversário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, foi há mais de um mês, foi já no ano passado. Tinha o executivo municipal anterior a obrigação de ter programado com o Instituto Politécnico e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão uma residência para estudantes. Não o quis fazer, não o quis fazer e bem, não quis. Ou seja, as residências podem ser feitas pelos municípios ou pelas escolas, o anterior executivo decidiu que devia ser a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e o Instituto Politécnico a fazê-lo, é uma opção. Este Presidente da Câmara entende de forma diversa, irá apresentar ao executivo municipal e a esta Assembleia Municipal, que a Câmara seja o proponente, o executor de uma residência de estudantes, a construir de raiz ou a construir num edifício reabilitado no centro histórico, em articulação com o Instituto Politécnico e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. Reforçou que são opções, mandar o senhor Secretário de Estado falar com o senhor Bispo para arranjar um imóvel, em vez da Câmara Municipal se ter envolvido e ter tratado, como era sua obrigação. Porque a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, porque os estudantes que vêm de fora estudar para Lamego, são importantes para a economia local e para o funcionamento da cidade, ter condições dignas para os acolher. ----- Já nem fala do parque da saúde, não é parque de saúde nenhum, é um centro de saúde, é um edifício de quatro andares, para um centro de saúde, onde será instalado um centro de saúde com as diversas unidades, mais as duas unidades de saúde familiar. É um edifício que foi projectado para um terreno que não cabe, como aqui bem disse o membro José Correia, é meter o "Rossio na Betesga". É um terreno de 2700 metros para albergar um edifício com 4300 metros, onde o índice máximo de construção previsto no plano de urbanização é um, mil metros quadrados de área de implantação, mil metros quadrados de área de construção. Foi nos seus mandatos que ele próprio fez e aprovou o plano de urbanização da cidade de Lamego, que datava de 1959. É exatamente isso.-----

Portanto, o executivo socialista mandou à ARS fazer um projeto, para um terreno, onde o projeto não cabe, e que ainda por cima é um projeto do Estado. De modo que se tem um projeto aprovado desde o dia 22 de abril, condicionado à alteração do plano de urbanização, para alterar o regime de edificação. A alteração do plano de urbanização, que foi aprovada no final de julho na Câmara Municipal, diz que tem doze meses para ser executada. Portanto, nunca antes de julho de 2022 estaria aprovada a alteração daquele terreno para construção. Para ser alterado para construção ia ter que construir nele o dobro da capacidade máxima permitida. Disse que aos restantes cidadãos e empresas desta cidade não se autoriza isso, só por ser a Câmara, pode construir o dobro daquilo que permite aos demais. Isso não é justo. A Câmara tem que arranjar um espaço alternativo, que reúna as condições legais nos termos do plano de urbanização, porque a Câmara Municipal de Lamego não só, não é mais que um privado ou de que uma empresa que investe nesta cidade, antes deve dar o exemplo e cumprir todas as regras a que está sujeito.-----

Em relação à titularidade, disse que o terreno é do Estado, e o Estado como respondeu, recentemente, a propósito do terreno do paiol para alargamento da estrada da Rua Visconde de Arneirós, todo o património do Estado está sujeito na sua alienação, ao princípio da onerosidade, é preciso pagá-lo e o anterior executivo não quis pagar o terreno, não quis desenvolver o processo junto da Direção Geral do Tesouro e Finanças, para adquirir o terreno. Essa é que a questão. Mas para adquirir o terreno, este executivo prefere adquirir o terreno a um privado a uma instituição desta cidade, para que esse dinheiro que a Câmara vai pagar pelo terreno fique em Lamego, em vez de ir para Lisboa, para os cofres do Estado, esta é a outra questão. - Não se venha dizer que se quer favorecer a Santa Casa ao instalar-se nos terrenos do antigo hospital, o centro de saúde. Se o valor do terreno que for adquirido, vier a ser adquirido à Santa Casa for superior ao que o Estado cobra pelo terreno público, depois fará essas contas. A questão a que não se está cá para fazer fretes ao Governo Socialista, como fez o anterior executivo.-----

Referindo-se ao protocolo com a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, perguntou qual protocolo com a Irmandade. Não houve protocolo nenhum. Houve um festim feito em campanha eleitoral de intenções. Não há uma ideia, não há um projeto, para a reabilitação do parque da mata dos Remédios e do Santuário dos Remédios, que decorra desse protocolo. Foi uma manobra ilegal, foi feita em campanha eleitoral, uma manobra eleitoral, absolutamente absurda, diria mesmo bacoca, e foi mesmo bacoca, porque não trouxe benefício eleitoral ao Partido Socialista. Criando expectativas na população, de poder vir a desenvolver um projeto de reabilitação do Parque dos Remédios, quando não há projeto nenhum, nem sequer uma ideia, há apenas um protocolo assinado com fins políticos eleitorais, em campanha eleitoral. Este executivo já mostrou o que se pode fazer no Parque dos Remédios, os projetos

que foram lá desenvolvidos, estão lá para que se possam ver, o que é possível fazer, pela reabilitação deste património. -----

Relativamente à Loja do Cidadão, disse que já deu para esse peditório, ele, pessoalmente enquanto Presidente da Câmara de Lamego. Teve-se um acordo com a AMA para fazer uma Loja do Cidadão em Lamego. Teve-se o acordo das instituições âncora que deviam ir para a Loja do Cidadão. Adquiriu-se o espaço que era a antiga Nanufer, onde está hoje o Manjar do Douro, e o Governo decidiu não fazer a Loja do Cidadão de Lamego, por motivos, exclusivamente, políticos/partidários, Lamego foi excluído. Agora é o contrário, para quem paga as lojas do cidadão já não é o Governo, já são Fundos Comunitários, portanto, este assunto, está de novo aberto, bodo aos pobres. Não se deve ir por aí, porque se era para instalar na segunda plataforma do Mercado Municipal, não há um desenho, não há um esboço, não há nada que tenha sido feito. Se há acordo da AMA para fazer a Loja do Cidadão, não viu correspondência nenhuma em relação a isso, se há o acordo dos serviços, perguntou se são as Finanças que vão sair de onde estão para os serviços irem para lá? Para ficarem com frontoffice e o resto dos funcionários serem transferidos para outro sítio? Ou serão as Conservatórias do Registo Civil e Predial? Terá sido por esse motivo que a Direção de Equipamentos e Instalações do Ministério da Justiça pediu a doação do Palácio dos Serpa, onde estão as Conservatórias do Tribunal de Trabalho? Para o vender quando passar os funcionários para a Loja do Cidadão?-----

Disse que aceita todos os serviços públicos que tragam valor acrescentado para a cidade de Lamego, foi assim que aceitou os espaços do cidadão, desgraçadamente mal implementados pelo anterior executivo, nomeadamente o espaço do cidadão de Lamego, instalado nos Paços do Concelho, nas suas traseiras. Ou o de Vila Nova de Souto D'El Rei, também a funcionar mal. Os outros parecem que funcionam bem, que as obras foram concluídas e que estão em condições. Porque tinham valor acrescentado, quanto mais não fosse, para se poder tirar a carta de condução ali. E que na altura, era um dos serviços diferenciadores, contudo, não vai aceitar nenhum serviço do Estado que sirva apenas para por a Câmara a poupar despesa ao Estado, a encerrar serviços públicos e a despedir ou transferir funcionários para outros locais. Portanto, Loja do Cidadão sim, e muito bem-vinda, se trouxer serviços de valor acrescentado e se assegurar a continuidade em Lamego dos serviços públicos, que já cá estão instalados e que, infelizmente, já são tão poucos.-----

Por fim agradeceu aos funcionários da autarquia, especialmente ao Dr. Paulo Sérgio Ferreira Fernandes o trabalho na elaboração deste documento, o respeito das indicações que lhe foram transmitidas para esse efeito, e que teve, efectivamente, como objectivo ser um documento de transição entre o anterior executivo e o novo executivo, que iniciou funções no dia 15 de outubro, e que se abrirá, claramente, uma perspectiva diferente no próximo ano e nos anos seguintes. Para que? Para se fazer orçamentos estratosféricos, para se fazer orçamentos como se fizeram no passado,

com dez, doze, quinze e dezassete milhões e meio de euros de investimento num único ano. Isso, sim, são investimentos que aproveitam os Fundos Comunitários, que aproveitam a capacidade técnica do Município, e que dão resposta às necessidades de investimento no Concelho de Lamego, seja da cidade, seja das freguesias.-----

Quer-se, efectivamente, fazer esses investimentos, mas para isso, tem que se aproveitar este ano para parar, pensar, projectar, fazer as aquisições que forem necessárias: para as residências dos estudantes, para o centro de saúde, para outros equipamentos necessários, e então aí sim, no próximo ano trará a esta Assembleia, inscritos como obras a desenvolver, efectivamente, e não como promessas vãs, que foram feitas a este Concelho nos quatro anos antecedentes e que nunca foram cumpridas. Conta com a aprovação desse documento por parte dos membros municipais, com o trabalho intenso, durante o próximo ano, para em conjunto, membros municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia e vereadores, o executar.---

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer ao Presidente da Câmara, que dele não recebe qualquer tipo de lição de moral. Era só o que faltava que a verdade do Presidente da Câmara fosse melhor e mais verdadeira que a dele. Do Presidente da Câmara garante que não. E também lhe agradece uma coisa, pois quando está aqui a fazer a intervenção, para que o senhor Presidente da Câmara não dizer imprecisões, é bom que tire apontamentos corretos, pois se calhar ouviu mal, não disse nada daquilo que o Presidente da Câmara disse, em relação à questão das residências. O Presidente da Câmara aproveitou-se da sua intervenção, para mais uma vez, fazer aqui uma chicane política, mas para esse peditório não vai contribuir. -----

Em relação ao centro de saúde, o projeto era, de facto, da parte do Partido Socialista, o Presidente da Câmara não o quer fazer porque é um projeto do Partido Socialista, não vale a pena andar-se aqui com desculpas. Haja vontade de o concretizar. Vontade essa que não existe. E assim, todos os lamecenses ficam cientes que este Presidente da Câmara não quer fazer o novo centro de saúde de Lamego.-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para dizer que, a ultima intervenção do membro Pedro Miguel Vila Real Torres é, exatamente, aquilo que o Partido Socialista pensa, é que os projetos dos outros vão para a gaveta. A Coligação “Somos Lamego” não tem esse princípio, projetos sejam de quem for, são exequíveis, são executados, e foi essa a inércia do Partido Socialista nestes últimos quatro anos.-----

Nada fez, nada projetou, e o que fez, de Fundos Comunitários, foi projetos lançados pelo Município, presidido pelo atual Presidente da Câmara. Mas este tipo de discurso e atitude é apanágio do Partido Socialista. Se se for olhar para o passado, altura em que havia muitos Fundos Comunitários, Lamego pouco teve ou quase nada. Isto aconteceu sempre nas gestões do Partido Socialista, viu-se investimentos por todas as cidades e vilas, aqui em Lamego ficou estagnado. Perdeu-se muito dinheiro de Fundos Comunitários, isto é que é a verdade. E neste mandato anterior do Partido Socialista, foi, exatamente a mesma coisa, nem aproveitou projetos, nem teve a

capacidade de desenvolver projetos para o futuro, situação esta, que vai inviabilizar durante algum tempo, que o executivo atual se candidate a projetos comunitários.-----

Relembrou que nos mandatos anteriores, presididos pelo Eng.º Francisco Lopes e apoiados pela Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, por cada euro do Município, era um investimento de quatro euros da Comunidade Europeia. Foi por isso que foi feito em termos de investimento, durante esses três mandatos, em investimentos de estruturação, de projetos, foram cerca de cento e dez milhões de euros.-----

Portanto, já não é a primeira vez que o membro Pedro Torres levanta estas questões, por causa de ouvir ou interpretar mal.-----

Exemplo disso, foi no último plenário, também o acusou que tinha havido processos de intenções, relativamente à questão dos concursos de pessoal. Pessoal que esteve a aguardar este tempo todo, porque foi feito e deixaram estar estagnados, e aquelas pessoas na perspectiva de amanhã terem o posto de trabalho, fizeram com uma intenção, podem dizer o que quiserem. Interessava-lhes adiar por causa das eleições. Porque toda aquela gente estava na perspectiva de ir para o concurso e concorrer, ia votar no Partido Socialista. Aqueles concursos foram geridos politicamente. -----

Relativamente ao projeto do centro de saúde, ser rejeitado por ser do Partido Socialista, isto não é verdade, nunca foi e nunca será. Com a Coligação “Somos Lamego” nunca será. Com o Partido Socialista talvez. -----

As afirmações proferidas pelo membro Pedro Torres incomodam bastante, para quem anda nisto há muitos anos e quem anda aqui a falar verdade, falar com seriedade, apenas quer o desenvolvimento desta cidade e da suas gentes.-----

Perguntou o que é que o Partido Socialista fez para uma nova zona industrial. Não fizeram nada, e hoje quer-se instalar empresas em Lamego e não há terrenos para as instalarem, isto é que seria desenvolvimento, trazer pessoas para a cidade.-----

A estagnação foi o lema do Partido Socialista, não haja dúvidas sobre isso, que é uma estagnação histórica, já também o foi anteriormente. É muito foguetório por nada, deu o exemplo da vinda de um Secretário de Estado anunciar o novo hospital, foi um foguetório e alarido em toda a cidade. Na altura perguntou a um grande amigo e Presidente da Câmara Socialista, Rui Valadares, que lhe disse que veio a Lamego o Secretário de Estado anunciar o novo hospital, ao que lhe respondeu que no dia que for inaugurado o hospital terá que sair de Lamego, pois será um foguetório que estoira com a cidade toda. E depois assistiu-se à novela que se sabe sobre o hospital.-----

Afirmou que a Coligação “Somos Lamego” está com princípios de servir, honrar, honestidade, risco, é preciso risco, é para isso que os orçamentos têm que admitir risco, para não se perder oportunidades.-----

Uma coisa o Partido Socialista pode ter certo, a Coligação “Somos Lamego” irá, sempre, mas sempre, agir na defesa dos interesses de Lamego e dos lamecenses, do desenvolvimento da cidade, e sobretudo, na transparência, vão ser o mais transparentes possíveis.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer ao Presidente da Câmara, que dele não recebe qualquer tipo de lição de moral. Era só o que faltava que a verdade do Presidente da Câmara fosse melhor e mais verdadeira que a dele. Do Presidente da Câmara garante que não. E também lhe agradece uma coisa, pois quando está aqui a fazer a intervenção, para que o senhor Presidente da Câmara não dizer imprecisões, é bom que tire apontamentos corretos, pois se calhar ouviu mal, não disse nada daquilo que o Presidente da Câmara disse, em relação à questão das residências. O Presidente da Câmara aproveitou-se da sua intervenção, para mais uma vez, fazer aqui uma chicane política, mas para esse peditório não vai contribuir. -----

Em relação ao centro de saúde, o projeto era, de facto, da parte do Partido Socialista, o Presidente da Câmara não o quer fazer porque é um projeto do Partido Socialista, não vale a pena andar-se aqui com desculpas. Haja vontade de o concretizar. Vontade essa que não existe. E assim, todos os lamegenses ficam cientes, não querem fazer o novo centro de saúde de Lamego.-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para dizer que, a ultima intervenção do membro Pedro Miguel Vila Real Torres é, exatamente, aquilo que o Partido Socialista pensa, é que os projetos dos outros vão para a gaveta. A Coligação “Somos Lamego” não tem esse princípio, projetos sejam de quem for, são exequíveis, são executados, e foi essa a inércia do Partido Socialista nestes últimos quatro anos.-----

Nada fez, nada projetou, e o que fez, de Fundos Comunitários, foi projetos lançados pelo Município, presidido pelo atual Presidente da Câmara. Mas este tipo de discurso e atitude é apanágio do Partido Socialista. Se se for olhar para o passado, altura em que havia muitos Fundos Comunitários, Lamego pouco teve ou quase nada. Isto aconteceu sempre nas gestões do Partido Socialista, viu-se investimentos por todas as cidades e vilas, aqui em Lamego ficou estagnado. Perdeu-se muito dinheiro de Fundos Comunitários, isto é que é a verdade. E neste mandato anterior do Partido Socialista, foi, exatamente a mesma coisa, nem aproveitou projetos, nem teve a capacidade de desenvolver projetos para o futuro, situação esta, que vai inviabilizar durante algum tempo, que o executivo atual se candidate a projetos comunitários.-----

Relembrou que nos mandatos anteriores, presididos pelo Eng.º Francisco Lopes e apoiados pela Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, por cada euro do Município, era um investimento de quatro euros da Comunidade Europeia. Foi por isso que foi feito em termos de investimento, durante esses três mandatos, em investimentos de estruturação, de projetos, foram cerca de cento e dez milhões de euros.-----

Portanto, já não é a primeira vez que o membro Pedro Torres levanta estas questões, por causa de ouvir ou interpretar mal.-----

Exemplo disso, foi no último plenário, também o acusou que tinha havido processos de intenções, relativamente à questão dos concursos de pessoal. Pessoal que esteve a aguardar este tempo todo, porque foi feito e deixaram estar estagnados, e aquelas pessoas na perspectiva de amanhã terem o posto de trabalho, fizeram com uma

intenção, podem dizer o que quiserem. Interessava-lhes adiar por causa das eleições. Porque toda aquela gente estava na perspectiva de ir para o concurso e concorrer, ia votar no Partido Socialista. Aqueles concursos foram geridos politicamente. -----

Relativamente ao projeto do centro de saúde, ser rejeitado por ser do Partido Socialista, isto não é verdade, nunca foi e nunca será. Com a Coligação “Somos Lamego” nunca será. Com o Partido Socialista talvez. -----

As afirmações proferidas pelo membro Pedro Torres incomodam bastante, para quem anda nisto há muitos anos e quem anda aqui a falar verdade, falar com seriedade, apenas quer o desenvolvimento desta cidade e da suas gentes.-----

Perguntou o que é que o Partido Socialista fez para uma nova zona industrial. Não fizeram nada, e hoje quer-se instalar empresas em Lamego e não há terrenos para as instalarem, isto é que seria desenvolvimento, trazer pessoas para a cidade.-----

A estagnação foi o lema do Partido Socialista, não haja dúvidas sobre isso, que é uma estagnação histórica, já também o foi anteriormente. É muito foguetório por nada, deu o exemplo da vinda de um Secretário de Estado anunciar o novo hospital, foi um foguetório e alarido em toda a cidade. Na altura perguntou a um grande amigo e Presidente da Câmara Socialista, Rui Valadares, que lhe disse que veio a Lamego o Secretário de Estado anunciar o novo hospital, ao que lhe respondeu que no dia que for inaugurado o hospital terá que sair de Lamego, pois será um foguetório que estoira com a cidade toda. E depois assistiu-se à novela que se sabe sobre o hospital.-----

Afirmou que a Coligação “Somos Lamego” está com princípios de servir, honrar, honestidade, risco, é preciso risco, é para isso que os orçamentos têm que admitir risco, para não se perder oportunidades.-----

Uma coisa o Partido Socialista pode ter certo, a Coligação “Somos Lamego” irá, sempre, mas sempre, agir na defesa dos interesses de Lamego e dos lamecenses, do desenvolvimento da cidade, e sobretudo, na transparência, vão ser o mais transparentes possíveis.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** começando por agradecer ao membro Constantino Vaz pela intervenção que fez.-----

Respondendo ao membro Pedro Torres, disse-lhe que não houve imprecisão nenhuma na sua resposta às questões sobre as residências de estudantes. Que tem muito orgulho em que a sua verdade e a verdade do dele sejam diferentes, porque a sua verdade é simplesmente a verdade e verdade do membro Pedro Torres é mentira. Este não é um projeto do Partido Socialista, é um projeto da ARS que executa estes projetos em todos os locais que precisam de novas estruturas de saúde, sejam em municípios ou câmaras do Partido Socialista, do PSD, CDS e coligações, municípios independentes, que são os que há no norte do país. E, seguramente, no resto país, também, municípios da CDU e de outras forças políticas. O problema é que a ARS fez um projeto e o projeto é da ARS, o município de Lamego ou melhor o anterior

executivo o que fez foi zero, desde a primeira reunião, dia 3 de junho de 2019, que está registada, fez zero, não adquiriu o terreno, o terreno que indicou não tem capacidade construtiva, e não alterou o plano de urbanização para o fazer.-----

Mas o problema resolve-se de uma maneira muito fácil. A candidatura está aprovada, sujeita à aprovação de titularidade do terreno, pois já se disponibilizou para nomear, por vinte e quatro horas, vereador do urbanismo, o Vereador Ângelo Moura, para ele aprovar este projeto. Ele passa uma declaração para os Fundos Comunitários a dizer que o terreno é do Município, e pega na informação dos serviços de 22 de abril, que diz que o projeto pode ser aprovado, se for alterado o plano de urbanização, e põe lá em cima a chancela “Aprovo o Projeto” e no dia seguinte o Presidente da Câmara lança a empreitada a concurso. Este é o compromisso. Não se diga que não quer fazer o centro de saúde. Lamego terá um centro de saúde, este centro de saúde, outro centro de saúde, no Portugal 2020, no PRR ou Portugal 2030, Lamego terá um novo centro de saúde. Só não tem este centro de saúde, porque a incompetência do executivo socialista, foi de tal ordem, que não deixaram condições para que, um projeto elaborado pela ARS, na convicção de que o terreno tinha todas as condições construtivas, esteja na iminência de ir para o lixo. Informou que a ARS já pediu a este executivo para procurar uma alternativa, que tivesse condições para receber o edifício, com aquela estrutura e com aquele programa funcional. Porque o terreno não é do Município, a candidatura está aprovada, condicionada à prova de titularidade, e o terreno não tem capacidade construtiva, nos termos do plano de urbanização. Se fosse lançado um concurso de empreitada para a obra do centro de saúde naquele local, este executivo perdia-se o mandato.-----

Disse que a incompetência do anterior executivo foi de tal ordem, que é incompreensível a insistência dos membros do Partido Socialista, num projeto que é inviável., absolutamente inviável. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor e onze abstenções.

7- ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO SERRALVES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Assembleia que aprecie e delibere o protocolo no domínio da promoção cultural, a celebrar com a Fundação de Serralves, competindo ao município, com a adesão como fundador o donativo de €100.000 (cem mil euros), que será entregue pela Câmara Municipal de Lamego à Fundação de Serralves dividido por 4 anos a iniciar em 2022, conforme previsto em orçamento no plano 2014/a/1 040701.---

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que este protocolo com a Fundação Serralves, prevê que o Município de Lamego adquira o estatuto de fundador Da Fundação de Serralves. Este estatuto, tem como contrapartida o pagamento ao longo de quatro anos de vinte e cinco mil euros, por ano, por parte do Município, e que poderá parte deste valor, se se tiver patrocinadores ser assumido por empresas

privadas, que queiram patrocinar e que beneficiarão do regime fiscal do mecenato publico para este efeito.-----

Disse que irá estabelecer uma relação com a Fundação de Serralves, que vai trazer anualmente, um grande evento a Lamego, um evento com a chancela Serralves, e que poderá ser traduzido numa exposição de arte contemporânea ou noutro evento, nomeadamente de natureza ambiental, aproveitando a capacidade que Serralves tem na gestão da sua quinta, e em projetos pedagógicos de área ambiental, de grande interesse. E também, na capacidade de o Município poder desenvolver projetos desta natureza no Parque Biológico, com um apoio e empenhamento de Serralves.-----

Haverá também e naturalmente, todo um conjunto de permutas, de visitas das escolas deste Concelho, de visitantes de Serralves que sejam encaminhados para este Concelho de Lamego.-----

Da experiencia que pode trocar com Municípios que já assinaram estes protocolos há bastantes anos, o resultado, de facto é fantástico. Serralves é uma Fundação de grande dimensão, uma Fundação sediada no Porto, mas hoje com uma presença nacional, também uma coletividade internacional. Que é para o Município um parceiro de grande referência, para esse novo elem que se quer dar à gestão patrimonial e cultural de Lamego, aproveitando não apenas os recursos internos que se tem e que são muitos no Município, nas instituições, nas personalidades ligadas à cultura deste Concelho, mas também, olhando para fora e admitindo que há outras instituições e outras pessoas que podem auxiliar também com experiencias diversas e com recursos que este Município ainda não tem. -----

Este protocolo parece-lhe perfeitamente pacifico, ainda que, comportando um custo que não despiciendo, mas que, naquilo que é a programação cultural do Município, que tem por ano, tem, é de facto, um custo insignificante, e poderá ter um benefício muito grande, quer nos eventos que se realizarem em Lamego, quer no reforço das competências, que no trabalho mutuo dos serviços do Município e de outras instituições parceiras com Serralves pode-se vir a desenvolver. Por isso pede o apoio aos membros da Assembleia e a aprovação deste protocolo.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que, de facto, Serralves é uma grande Instituição, uma grande Fundação, é um dos principais motores, não só a nível regional, mas principalmente a nível nacional e até internacional daquilo que é dinamização da cultura e da arte, principalmente da arte contemporânea. Sendo, de facto, uma Fundação multifacetada em várias áreas.-----

Afirmou que a sua única preocupação, em relação a este protocolo, é o seu custo, cem mil euros em quatro anos, e esses cem mil euros são feitos sob base de doação. Neste momento a única certeza que se tem, a que, a ser aprovado, esses cem mil euros têm que sair dos cofres do Município. -----

Não descurando aquilo que é a importância de Serralves, a chancela e o carimbo de Serralves, parece-lhe, corrija-o o senhor Presidente da Câmara se estiver errado, para

além de não ser especificado que tipo de eventos que o Município possa usufruir, parece-lhe que todos os outros eventos, logicamente, terão um custo, terão um encargo, que os membros da Assembleia, neste momento, não sabem, e provavelmente, nem o próprio executivo saberá, neste momento, quais são esses encargos.-----

Afirmou que isto é uma questão de decisão, este valor é um valor de doação, para Lamego ser membro fundador, esta parte não lhe parece complicada, o que é complicada são os valores. Isto é uma questão de decisão e opção política. O que lhe parece é que esses cem mil euros, deveriam ser investidos, das duas uma, ou em atividade no Teatro Ribeiro Conceição, diretamente, ou, principalmente, nas associações culturais deste Concelho. Pois até fruto destes últimos dois anos, padecem, de facto, de extrema dificuldade, sendo uma questão de priorização.-----

Portanto, pensa que não será este o momento oportuno, este não será, claramente, e que se devia pensar primeiro para dentro, e só à posteriori para fora. -----

Tomou a palavra o membro **José Pessoa** para dizer que nunca viu um “gato escondido com tantos rabos de fora”. E acreditando, o mais honestamente possível e o mais profundamente possível, das declarações do Presidente da Câmara e do membro Pedro Torres, porque Serralves? Tem que dizer que traz com ele cinquenta anos de experiência e que Serralves não é nada do que disseram. Serralves não é uma grande Fundação, Serralves não tem competências técnicas, Serralves nunca fez nada que fosse um acontecimento internacional, Serralves não dá resposta nenhuma a nenhum dos problemas culturais de Lamego. -----

Aliás ele não precisa de dizer, pois no texto que acompanha a minuta do protocolo, que também foi discutida no executivo, há um erro que lhe pareceu, que faz perceber porque todo o executivo deprecialmente terá sido enganado. Quando se diz que a minuta do protocolo no domínio da promoção cultural, diz que na promoção cultural. Ora, acontece que quem diz o contrário disto, nem sequer é ele, é a Fundação de Serralves. A Fundação de Serralves diz, entre várias coisas, no ponto em questão, diz que ela é uma Fundação para a conservação do património da sociedade contemporânea, e que não está interessada em nada a anterior aos anos sessenta. Este Concelho tem enormes problemas com o património, mas, desde já a Fundação Serralves não dará qualquer resposta a esses problemas.-----

Por exemplo, se se puser a questão dos azulejos, ela não tem resposta nenhuma para dar, nunca teve um departamento de azulejos; se se puser a questão das maravilhosas taças, que foram impressas em Paris, está lá marca célebre, “Fundidor” e que eram todas cobertas de ouro, até que alguém se lembrou pintá-las de um verde, a Fundação Serralves não tinha, não tem nenhuma resposta para dar a este problema.-----

Se se pusesse um problema daquelas esculturas, que são uma réplica de esculturas do Presidente da Câmara do Porto, que foram há uns anos recobertas de tinta branca,

que é a única coisa que agora tem sido feita, mas passado algum tempo, já têm de tal forma fungos nas pernas, que só dá para fazer um filme de terror. Tem-se a cabeça do Poeta Fausto Guedes Teixeira, poeta tão premiado e tão ligado a tantos prémios, que escorre oxidações; tem-se os bancos no estado miserável, onde quaisquer cinquenta euros davam para os tratar. Tem-se muitos outros problemas neste património.-----

Reforça e faz várias perguntas: o que a Fundação Serralves permite dar a este Concelho? Permite dar uma exposição? Uma exposição de que? Das suas peças? Mas para que a gente precisa de peças, de uma exposição de peças da Fundação de Serralves? Está a Fundação Serralves interessada em fazer investigações necessárias ao património de Lamego? Não está. Mas Fundação Serralves torna-se senhora de fazer a exposição das suas peças, pois o Município paga vinte e cinco mil euros anuais, para alugar ainda por cima à Fundação Serralves os espaços deste Concelho. Isto não é admissível. Mas eles dizem, com todo o descaramento, eles aliás dizem que não são uma Fundação Cultural, a certa altura dizem e afirmam-se sempre como uma instituição de autonomia económica. Dizem ainda que os desenvolvimentos das atividades económicas devem ser removidos os obstáculos que impeçam a constituição e o desenvolvimento de atividades económicas, das entidades da economia local. Que obstáculos querem referir? Aos obstáculos constitucionais? Aos obstáculos do humanismo cristão, que caracteriza esta civilização e esta cultura? É isto que eles querem referir? Querem referir de gente que trabalha, sem ter qualquer contrato colectivo, que funciona e fabrica objectos, para aquilo que eles chamam a exploração cultural?-----

Referiu que no ponto 15 e que passou a citar: “ *Considerando por último, que as iniciativas que serão realizadas no âmbito do presente protocolo, serão objecto de um acordo autónomo*” Disse compreender a boa-fé com que o executivo pensou que isto era possível. Mas ele de boa-fé com a Fundação Serralves não tem nenhuma. Nem acredita nada.-----

Disse que ao se aprovar isto, é aprovar um cheque em branco. Pensa que o senhor Presidente da Câmara, terá como outras Câmaras tiveram, uma grande desilusão, porque, realmente, Serralves não tem nenhum departamento técnico, não tem nenhum departamento técnico de museologia, não tem experiencia de museologia, nem tem experiencia de conservação de peças. Esta é a verdade, quanto ao ser a sua atividade internacional, não tem qualquer atividade internacional.-----

A única Fundação que é conhecida como grande Fundação, é a Fundação Calouste Gulbenkian, não há mais nenhuma e mesmo assim tem os seus departamentos todos em decadência. -----

Agora a Fundação de Serralves não, ele sabe, já fez vários debates, já foi convidado para fazer vários debates e sabe ao ponto a que aquela Fundação Chegou, a defesa de uma economia de colecções atribuídas aos privados. E aquilo que está na sua

Fundação. Perguntou e admira-se que o Município vá pagar vinte cinco mil euros por ano, para que? Os descontos que eles dizem que fazem, são os descontos que os museus nacionais, obrigatoriamente fazem. Os descontos que eles dizem que fazem, mesmo nas visitas guiadas, dizem que fazem um desconto, não dizem que oferecem. Isto é impossível de admitir. O que é que isto tem em troca, nada, pois o Município vai dar à Fundação Serralves uma série de coisas, em troca de se acreditar que ela iria dar alguma coisa, mas não vão, não vão, de maneira nenhuma dar nada. Aliás o património deste Concelho, nem tem outro tipo de património do que se chama contemporâneo. Portanto, não tem nenhuma instituição, a não ser que sejam as máscaras de Lazarim, mas não acredita que eles estejam interessados nas máscaras de Lazarim, não acredita.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** dizendo que este protocolo que o senhor Presidente da Câmara pretende propor, passa um atestado de ignorância aos lamecenses, não se pode permitir isto. Quem não sabe, depende de terceiros, é inadmissível, este acordo.-----

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro** para dizer que, se não soubesse que o membro José Pessoa, não fosse uma pessoa da área da cultura, da arte, relativamente ao teor da sua intervenção, nem sequer lhe diria nada. Mas sabendo a sua ligação à cultura e artes, fica muito triste em ouvir aquilo que ouviu. Pois Serralves, realmente, é a nível nacional e internacional uma das Fundações mais prestigiadas deste país. Disse-lhe e por uma questão de ideologia política, a que se pode ter uma intervenção a qual teceu, sobre a Fundação de Serralves. Obviamente que isto não tem nada ver com o protocolo que a Câmara assinou.-----

Afirmou que o senhor Presidente da Câmara disse uma coisa de que ele gostou, quando diz que é uma pessoa, calma, educada, afável, todos sabem dessas características, mas bem-vindo o verdadeiro Francisco Lopes. Crê que a Coligação “Somos Lamego” gosta dessa parte.-----

Em relação ao ponto, disse que não poderia deixar de felicitar o Presidente da Câmara e a sua equipa, na pessoa da Vice-Presidente da Câmara, com a aprovação do protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e a Fundação de Serralves, colocando Lamego na rota das cidades portuguesas com acesso a uma instituição de referência nacional e internacional. É um centro de conhecimentos no domínio da arte contemporânea, da arquitectura, da paisagem, introduz temas diversificados, desde a sua origem e idade. Fazendo com que a Fundação Serralves seja hoje reconhecida, como uma das principais instituições culturais portuguesas, a mais relevante do norte de Portugal. A título de exemplo, afirmou que em 2019 a última festa que fez, foi a Serralves em Festa, em cinquenta horas, teve duzentos e sessenta e cinco mil visitantes. -----

A afirmação de Lamego, como capital do Douro Sul, não se pode ser, só pela produção vínica, as paisagens vinhateiras, as festividades de Nossa Senhora dos

Remédios, do património, tem que também oferecer aos lamecenses e quem visita esta cidade, outros atrativos de âmbito nacional e internacional.-----

Disse que, com o protocolo celebrado, Lamego vai ter acesso ao que melhor existe no mundo da cultura e da arte. Lamego ao celebrar este protocolo coloca-se na linha da frente, sem dúvida, da agenda cultural do país. Estranha e lamenta o voto contra dos vereadores da oposição. Não se sabe o porque, simplesmente foi um voto contra sem qualquer justificação. Se é por causa do donativo, acha que o acesso à cultura é um bem fundamental, na vida de cada um. Veja o que os agentes da cultura, com esta pandemia estão a sofrer, e todos, como espetadores, precisam da cultura e que não têm acesso a ela. Por isso, o retorno, de certeza, irá ser muito maior para a economia lamecense, quando houver as exposições, como para todos, que ficarão muito mais enriquecidos com as grandes obras e as exposições que a Fundação Serralves traz. --

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que, relativamente às questões colocadas e desta vez de forma ponderada pelo membro Pedro Torres, quer afirmar que, de facto, Serralves é uma grande Instituição, e que a questão financeira deste acordo, não deve ser factor de preocupação.-----

Relativamente às condições de realização de futuros eventos, por exemplo, se forem exposições de arte contemporânea, apenas tem que se pagar o transporte e os seguros, sendo toda a cobradora, apoio técnico e a própria cedência das obras, completamente gratuita. Todas as restantes parcerias, nomeadamente as de carácter pedagógico e ambiental, estão incluídas no próprio património, e dependem das dinâmicas que se vierem a desenvolver.-----

Respondendo ao membro Viriato Lemos, disse-lhe que que não é nenhum atestado de ignorância aos lamecenses, muito pelo contrário, é um atestado de inteligência aos lamecenses. -----

Afirmou que se vai pagar este apoio e esta parceria com a Fundação Serralves, fazendo com os lamecenses aquilo que deve ser feito pelos lamecenses, como por exemplo, organizar as Festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios. Em vez de se pagar os oitenta e sete mil euros por uma empresa chamada Ritmo Obrigatório, para programar as Festas dos Remédios, vão ser programadas por nós, nós que conhecemos as festas, que conhecemos Lamego, conhecemos, profundamente as suas tradições, e vai-se pegar nesse dinheiro e pagar o acordo com a Fundação Serralves, para se trazer outro tipo de realidades culturais, que são uma mais-valia, para esta cidade e que são engrandecimento cultural para todos, desde que, obviamente, tenha-se o espírito aberto que o membro Viriato Lemos não aparenta ter.

Respondendo ao membro José Pessoa, disse que o compreende, pois é um homem de cultura, mas é um comunista. E como comunista vê as coisas com um filtro ideológico muito cerrado, muito fechado. -----

Serralves não é um museu público, é uma Fundação. É uma instituição que depende de fundadores, o Estado tem um papel principal, e é um grande financiador da

Fundação e das suas atividades, mas depois estão os privados, pessoas e empresas, isso é que é um grande problema. Nos últimos quatro anos Serralves recebeu cento e vinte e cinco novos fundadores, que pagaram cem mil euros cada um, a maior parte empresas, uma pequena parte pessoas a título individual e uma pequenina parte câmaras municipais. É isso que custa, saber, que há uma instituição em Portugal, no norte do País, consegue fazer cultura, consegue construir novos museus, vai ampliar, de novo um Museu, fez a Casa do Cinema, de Manuel de Oliveira, e que o consegue fazer, sem estar sob essa alçada dura do Estado, que em tudo manda e que tudo controla. Não, é uma Fundação, os fundadores sentam-se ali, no anfiteatro muito maior que este, onde estavam imensas pessoas, alguns fundadores desde a origem da Fundação, outros novos que aderiram agora. São centenas e centenas de pessoas, que contribuem com o seu dinheiro, para que Serralves seja um polo de criação de cultura no norte do país, e também um polo dinamizador de cultura nos vários concelhos do País. -----

Contrariando e contradizendo o membro José Pessoa, disse que Serralves teve mais de um milhão e meio de visitantes e tem várias centenas de milhares de visitantes em exposições realizadas no estrangeiro, nomeadamente com a colecção Miró, que todos conhecem bem.

Portanto, disse que é muito injusta essa referência a Serralves, acha que, estão todos de acordo, porque são muito mais consentâneas com a realidade, as palavras que aqui trouxe o membro Carlos Loureiro, de resto uma pessoa que tem trabalhado a área do turismo, como empresário desta cidade e que se tem preocupado em saber o que é que os turistas querem visitar, o que é que os turistas que visitam esta cidade já viram e gostam de ver, trazendo aqui uma posição aberta, posição sensata, que lhe parece ser de seguir por esta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **José Pessoa** para dizer que o conhecem bem, para ver que não há nenhum motivo ideológico, nenhum motivo político que lhe faria desejar uma coisa, que é faltar à verdade. Portanto, jamais.-----

Perguntou se achavam que está mais perto da Fundação Calouste Gulbenkian do que da Fundação Serralves? De maneira alguma. Aquilo que está a dizer, é bom que fique gravado, porque daqui a quatro anos, far-se-á o balanço dessa situação, e espera que o membro Carlos Loureiro não tenha o gosto de verificar que não teve qualquer visão ideológica. -----

A sua ideologia, é uma ideologia que não lhe permite, que não lhe permite mesmo, a faltar à verdade em prol de qualquer coisa da sua conta. A sua ideologia ensinou-lhe que o património cultural e histórico de um povo, é essencial para a sua defesa de identidade. E aquilo que está a fazer ao intervir nesta causa, nesta sessão, é, simplesmente, defender a sua e identidade de todos. Todas as forças políticas que aqui estão, têm pessoas capazes e inteligentes, não somos burros e nem estúpidos, aqui em Lamego, que não se possa aqui construir uma realidade. Sempre fez uma

questão de que, qualquer que fosse o trabalho aqui em relação ao património, devia contemplar todas as forças política, sempre disse isto. Não houve qualquer desvio de natureza radicalista na sua posição. O que está a dizer é fundamentada.-----

E já agora, dando um exemplo, há um ano e meio o Presidente da Câmara do Porto, consultou-o para lhe dar um parecer sobre a subsistência de um fresco no antigo cinema da Batalha, o senhor Presidente da Câmara de Lamego, certamente, está em contacto com ele, certamente poderá conferir o que lhe disse, pois já mais tinha alguém na cidade do Porto para lhe dar qualquer tipo de resposta.-----

Disse que só lamenta, porque se vai gastar cem mil euros.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer ao membro José Pessoa que, efectivamente, não só o Presidente da Câmara do Porto esteve no ultimo Conselho de fundadores da Fundação de Serralves, onde esteve, mas também o senho Presidente da República esteve e a senhora Ministra da Cultura, dando, de facto, uma dimensão a Serralves, que está muito para além da dimensão que o membro José Pessoa aqui quis trazer.-----

Contudo, faz-lhe um desafio, pois já várias vezes se prontificou e se disponibilizou para colaborar nos projetos culturais do Município, faze-lo pro bono, usando da sua disponibilidade, da sua experiencia, gostaria que o acompanhasse a alguns dos contactos que se vai ter com a Fundação Serralves. E assim pudesse levar essa sua posição crítica, com ela desafiar a fazer deste protocolo, algo que, efectivamente, seja útil, mas que seja aberto, mas que seja aberto, que não se vire para dentro, possa virar para fora e que dê essa dimensão cultural que Lamego tem que ter. Fica feito o desafio.-----

Por fim, apelou que esta proposta seja aprovada.-----

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, onze votos contra e uma abstenção. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia**, disse que se ia dar ao segundo momento de intervenção do público, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo havido um pedido de intervenção registado, o senhor Dimas da Piedade Francisco.-----

Usou da palavra o cidadão **Dimas da Piedade Francisco**, começando por deseja a todos um bom de 2022, contudo, antes umas boas saídas deste ano de 2021.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse-lhe que é com muita honra e prazer dom que está aqui, para esclarecer vários assuntos. É com muito orgulho, dizendo olhos nos olhos, que o que falou o Presidente da Câmara relativo ao saneamento e rede de águas, um direito e um bem para todas as freguesias. Pois em Britiande ainda não existe o saneamento no lugar de Mações.-----

Ouviu dizer ao Presidente da Câmara que dava cento e setenta mil euros para a União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melções e para Britiande não ouviu nada.

Britiande é também uma freguesia de Lamego, merece consideração. Não sabe qual é o motivo, pois a freguesia de Britiande necessita de mais verbas para resolver alguns problemas, não sabe a razão deste comportamento deste executivo. -----

Quer dizer também ao Presidente da Câmara e aos Vereadores que tenham respeito, um por todos e todos por um. Que lutem pelo bem de Lamego, nomeadamente Britiande, que bem necessita, pois é sua terra.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao cidadão Dimas da Piedade Francisco, de resto já habitual do cidadão Dimas da Piedade Francisco, nas Assembleias Municipais, há tradições que não mudam, nem com os ciclos políticos, mantém-se sempre. Quer referir que, de facto, não apenas o lugar de Maçãs, na freguesia de Britiande ou a freguesia de Cepões, todas as freguesias do Concelho de Lamego merecem ter tratamento de água e saneamento e redes de água adequadas, bem como outras estruturas rodoviárias e equipamentos públicos de serviço à freguesia.

Não se põe em causa quem merece mais ou quem merece menos, mas sim, efectivamente, a necessidade de ser dar uma resposta equitativa e uma resposta justa a todos os anseios das populações, que todas devem ser tratadas por igual. E portanto, a este o seu compromisso e aproveita este momento final, para na pessoa do cidadão Dimas da Piedade Francisco, de todos os presentes, cumprimentar todos os lamecenses e desejar, efectivamente, votos de um bom ano, mais uma vez com todas as precauções relativamente á pandemia que afeta a todos, mas também, com a expectativa de se poder ter uma vida normal, quer em termos pessoais, quer em termos familiares e profissionais, quer também em termos da atividade publica nesta Assembleia Municipal, na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia e em todas as instituições em que todos estão ligados. Um feliz 2022 para todos.-----

Interveio o Presidente da Assembleia Municipal para desejar a todos os membros da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara, ao público que assistiu a esta sessão, votos de um feliz 2022.-----

8- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

9- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às dezassete horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico